

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETE** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E QUARENTA E QUATRO** -----

----- Aos seis dias do mês de junho de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício.-----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva). -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luis Alberto Lucas Lopes, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Nuno Ferreira Pintão, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Susana Maria da Costa Guimarães,

Rosa Lourenço, Romão da Conceição Batuca Lavadinho, Ana Carolina Domingues Ambrósio, Ana Paula da Silva Viseu, Duarte Sapeira, Silvino Esteves Correia, Fernando Gonçalves, Igor Boal Roçadas, Luis Manuel Inês Cavaco, Francisco Alves da Silva Ramos, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Patrocínia Rodrigues Vale César, Jorge Manuel Jacinto Marques, João Diogo Santos Moura, Gabriel Baptista Fernandes, Paulo Moreira, Nelson Pinto Antunes, Luis Graça Gonçalves, Sofia Margarida Vala Rocha, Maria José Pinheiro Cruz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista (PCP), José Alberto Ferreira Franco (IND) e Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP). -----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.---

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Jorge Manuel Jacinto Marques.-----

----- André Nunes de Almeida Couto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Duarte Sapeira.-----

----- Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Beato, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Silvino Esteves Correia. -----

----- Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Patrocínia Rodrigues Vale César. -----

----- Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Susana Guimarães.-----

----- João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Cavaco. -----

----- Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Igor Roçadas. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Moreira.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sofia Vala Rocha. -----

----- Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra (PSD), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

----- Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria José Pinheiro Cruz.-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Bатуca Lavadinho.-----

----- Carlos José Pereira da Silva Santos (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Carolina Domingues Ambrósio.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves.-----

----- Ricardo Amaral Robles (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes.-----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Fernando Gonçalves.-----

----- Ana Regedor (IND), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Carlos Castro, Manuel Salgado, João Afonso e Catarina Albergaria.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, João Gonçalves Pereira, António Prôa e Alexandra Duarte.-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Senhores Assessores, Senhores Jornalistas, público presente, agradecia que ocupassem os vossos lugares.-----

----- Temos quórum e podemos começar a nossa Sessão, pedia então para darmos início á nossa Sessão.”-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, hoje temos cinco pessoas inscritas, creio que a primeira senhora inscrita para falar ainda não está presente, se entretanto ela chegar obviamente que a ouviremos, mas vamos começar com a segunda pessoa inscrita, pergunto aos serviços, mas estão sim senhora a tomar conta disso.-----

----- Portanto, Senhores Deputados, a vossa atenção, temos a Senhora Dona Carla Pinheiro que nos vem trazer aqui um problema de despejo na Mouraria, vamos ouvir.”-----

----- **A Muniçipe Senhora Dona Carla Pinheiro**, residente na Rua dos Lagares, 25/27, 2º Esquerdo, 1000-600 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, venho falar sobre os moradores na Rua dos Lagares nº 25, Travessa dos Lagares, nºs. 2, 4 e 6, na Travessa do Terreirinho 1, 3 e 5, no Bairro da Mouraria.-----

----- Somos 16 famílias, no total 40 pessoas, este prédio foi vendido mas mesmo antes da escritura já estes novos proprietários tinham enviado cartas intimidatórias para nos despejarem.-----

----- Agora já com a escritura feita e com legitimidade para se dirigirem a nós mandaram uma carta a mostrar não terem interesse em renovar o contrato, já pagamos rendas de 250 a 400 euros e não podemos pagar acima deste valor.-----

----- Recebemos ordenados mínimos e pensões mínimas, temos crianças e idosos a nosso cargo, com esta situação só temos uma solução, irmos viver na rua, pois não conseguimos suportar rendas que hoje se praticam entre os 700 e os mil euros.-----

----- Morar fora de Lisboa, para além dos encargos, com daremos qualidade de vida aos menores e mobilidade aos nossos idosos? Fazendo-se passar 2 a 3 horas em transportes públicos e trazendo mais encargos ao agregado? Nascemos e sempre estivemos nas nossas vidas aqui no Bairro da Mouraria, acreditamos seremos parte do bairro e não queremos ser cuspidos assim à força, à conta do aproveitamento arrendamento local.-----

----- Enviámos uma carta ao Primeiro-Ministro António Costa a qual ele respondeu a dizer que o assunto foi reencaminhado para Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa para análise, enviámos outra carta para o Senhor Presidente da Câmara, Doutor Fernando Medina, e nem resposta obtivemos.-----

----- Vimos aqui juntos dos Senhores Eleitos para nos ajudarem a procurar uma solução, ninguém neste momento, quer saber de nós, porque tudo é negócio! Nós não queremos sair do nosso Bairro da Mouraria, muitos já nasceram aqui e outros vivem há mais de 50 anos e é aqui que temos as nossas vidas, o nosso apoio e é aqui que existe entreaajuda entre vizinhos.-----

----- Temos conhecimentos pelos jornais que a Câmara Municipal vai recuperar casas para rendas acessíveis até ao final do ano na zona histórica. Uma parte dessas casas tem que ser para nós, no meu caso pessoal tenho a meu cargo a minha mãe com 85 anos com 95% de incapacidade visual e ir viver longe ou sozinha não é possível, pois ela está dependente de mim e do meu acompanhamento.-----

----- Em outros casos existem crianças menores, pessoas doentes, familiares e amigos dependente de todas as maneiras, incluindo financeiros, os Bairros só podem continuar a ser populares e característicos se tiverem pessoas como nós a dar vida e valor. Somos bairristas e é aqui que temos as nossas raízes! Um bairro não tem estas características sem este ambiente, quem perde é o próprio Bairro e Lisboa.-----

----- Gostaríamos de não ficar sem teto para morar, de não deixar morrer o nosso Bairro, humildemente pedimos a vossa ajuda, gostaríamos de não viver nesta ânsia e este desespero de não ter para onde ir. Todos estamos de acordo de aqui, e estou a ler, queremos uma casa, queremos pagar a renda e queremos mantermo-nos no Bairro que nos viu nascer, crescer no nosso Bairro de sempre.-----

----- *Muito obrigado por terem ouvido o nosso apelo e pelo apoio que possam dar para a solução, para a resolução deste nosso problema. Se a Câmara tem casas tem solução!*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Dona Carla, muito obrigada pela sua intervenção e obrigada a todos os que estão a assistir, eu queria dar aqui um esclarecimento que é importante, se é um novo proprietário que vos enviou uma carta a dizer que quer denunciar o contrato, é preciso saber se ele denuncia o contrato qual é o fundamento. Porque ele só pode denunciar um contrato com uma indemnização, que tem que ser acordada convosco e daqui a alguns dias talvez nem o possa fazer, está pendente do Senhor Presidente da República uma Lei aprovada na Assembleia da República no dia 7 de Abril, que agora tem que ser promulgada pelo Senhor Presidente no sentido de não ser possível estes despejos, através de uma denúncia para fazer obras profundas, ou equivalente, nas condições em que têm sido feitas até hoje, portanto, eu gostava de, depois, não agora, que estou aqui a Presidir à Sessão, mas gostava de conhecer melhor exatamente os termos da carta que vos foi dirigida, para poder saber qual é a melhor solução. O vosso contrato chegou ao fim dos 5 anos? Pronto, ok, eu vou ver isso, eu gostava de ver isso com calma, porque os contratos também vão ser prorrogados, portanto, é preciso saber se esses contratos eram contratos antigos, eles vão ser prorrogados por mais 5 anos, portanto, nós temos que saber.-----

----- Eu não posso fazer agora diálogo convosco, peço desculpa, estou a dizer isto porque é importante perceber exatamente o que é que podemos fazer já, o que é que se pode fazer já, e entretanto naturalmente tomei a devida nota do que disseram relativamente à Câmara Municipal, ao facto de não ter se não ter tido resposta à vossa carta e àquilo que a Câmara Municipal tem disponível eventualmente na zona.-----

----- Tudo isto tem que ser visto com atenção, mas tomámos devida nota, vou pedir elementos, tenho o contacto vosso e vou pedir mais elementos para vermos qual é a melhor ajuda que podemos estar e qual é a melhor solução para o nosso caso.-----

----- Vamos passar agora palavras à Dona Alessandra Esposito, também sobre a nova Lei das Rendas.”-----

----- **A Múncipe Senhora Dona Alessandra Exposito**, residente na Travessa do Terreirinho, nº 1, 4º Direito, 1100-606 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa-tarde, venho falar do mesmo assunto, do prédio 25 da Rua dos Lagares onde moramos todos, uma vez que temos prazos curtos até ao final deste ano, precisamos de ajuda.-----

----- Sabemos também que o momento exato de hoje do jornal e citando a Doutora Paula Marques que vão ser da preparadas 103 habitações em Santa Maria Maior para o concurso, para não dividir essas habitações pelas pessoas destes prédios e mais pessoas do Bairro da Mouraria que estão a ser desalojadas, há que tomar medidas Senhora Presidente, mudar a Lei de Arrendamento Urbano pois não está certo se só com os contratos de 1990 a serem protegidos pela Lei. Perguntamos nós,

os contratos mais recentes não estão protegidos porquê? Rendas de 1 ou 2 anos não são nada, pois não podemos andar sempre com a mobília às costas à procura de casa. -----

----- Será que nunca estaremos seguros e estamos sempre preocupados e sem estabilidades. Todos nós temos direito a um teto, pois pagamos os nossos impostos e queremos contribuir para o progresso do nosso Bairro. -----

----- Está na altura de se tomar medidas para a resolução deste problema que nos afeta a nós e muito mais pessoas. Se não forem tomadas medidas para este problema gravíssimo em breve teremos o nosso tão adorado Bairro transformado num Bairro fantasma onde a miséria será a única atração. -----

----- Este é um assunto da maior importância e urgente, por isso pedimos uma ajuda para a resolução. Obrigada.” -----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:* -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Queria dizer-vos que a já foi mudada a Lei das Rendas, não completamente tanto quanto se queria, mas há um compromisso de ela voltar a ser mudada ainda nesta legislatura, mas ainda não saiu a nova Lei. Outra Lei que foi mudada e é muito importante que saibam isto, é a Lei das Obras nos Prédios Arrendados e essa Lei é que tem servido para pôr muita gente fora, ela está para sair, portanto, temos que ver se com essa Lei podemos ter mais condições. -----

----- A terceira questão é o concurso das casas da Câmara na Freguesia de Santa Maria Maior, se podemos ou não podemos ter uma situação de apreciação das pessoas que vivem já na freguesia e que querem ficar na freguesia, isto depende apenas da Câmara e da Assembleia Municipal, não depende da Lei e do Presidente da República, portanto, essa é uma matéria que podemos discutir com a Câmara e ver como é que a Câmara quer fazer e como é que pode fazer e qual é a melhor solução, portanto, o que iremos naturalmente pedir é à Senhora Vereadora que nos dê esclarecimentos sobre esta parte das casas da Câmara, qual é o destino que está previsto e, naturalmente dar conhecimento aos interessados e eventualmente fazer-se uma reunião para se discutir isto localmente, se for caso disso, e penso que pode ser. -----

----- Precisamos também nós, e aqui não falo só da Assembleia Municipal, falo das pessoas que estão na Assembleia da República a fazer as Leis e dos Partidos Políticos que lá estão, precisamos de ouvir as vossas sugestões e as vossas propostas para mudar as leis e, portanto, neste momento, não posso dizer-vos mais do que isto, já se mudou alguma coisa, temos consciência que é pouco, que é preciso mudar mais, mas precisamos também de ter maioria na Assembleia, ter apoio do Governo e andar para a frente. -----

----- Seja como for, no que diz respeito às casas da Câmara irei naturalmente transmitir ao Senhor Presidente da Câmara e à Senhora Vereadora da Habitação, as intervenções que foram aqui feitas, quer da Dona Carla quer da Dona Alessandra Esposito e vamos ver que resposta é que a Câmara nos pode dar. -----

----- Agradecendo a vossa presença e a vossa vinda à Assembleia Municipal. -----

----- Vamos agora passar o Senhor Rui Sousa Costa. Que nos vem trazer um problema de requalificação da Rua Filipa de Vilhena.”-----

----- **O Município Senhor Rui Sousa Costa**, residente na Rua D. Filipa de Vilhena n.º 4, 3º Direito, 1000-135 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Deputados. Minhas Senhoras e Meus Senhores, os meus cumprimentos. --- Parabéns à Câmara Municipal de Lisboa pela requalificação da Rua Dona Filipa de Vilhena, onde resido, não só pela requalificação, mas sobretudo pela rapidez com que efetuou a obra, a prova de que realmente as obras públicas mesma a nível das Autarquias também se fazem dentro dos prazos e até antes do findar dos prazos.*-----

----- *No entanto, gostaria e julgo que ainda estamos em tempo, de ver corrigido o seguinte se a referida zona: os estacionamento foram eliminados, em parte, a favor do Ministério da Saúde e a Embaixada da Argentina há uns anos e não foram repostos.*-----

----- *Os cruzamentos impedem a fluidez do trânsito, a solução que propomos é a seguinte: implementação do trânsito local nesta via e para transportes públicos.*-----

----- *Daríamos assim, penso, solução ao estacionamento e à fluidez nos cruzamentos dado que diminuiria sensivelmente o trânsito que ali converge.*-----

----- *O segundo assunto que me traz é o Quiosque do Bairro, que é um estabelecimento de venda de bebidas e de algumas comidas, que é situado na Avenida Duque de Ávila, junto do Jardim do Arco Cego.*-----

----- *Têm sido inúmeras as queixas apresentadas pelos moradores da zona e com o apoio da Junta de Freguesia das Avenidas Novas, junto do Departamento respetivo da Câmara Municipal de Lisboa, que é a UCT.*-----

----- *Não se obteve até esta data qualquer resposta. Em concreto e pelas razões que são recebidas por este Departamento da Câmara e também junto da PSP e da Polícia Municipal, pedimos que o citado quiosque não esteja em funcionamento após as 22 horas e, naturalmente, aguardamos uma resposta da Câmara às inúmeras queixas e exposições que efetuámos. Muito obrigado.”-----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Rui Sousa Costa, já cá estive várias vezes, agradeço as suas palavras e este alerta quer para a Rua Filipe de Vilhena, para o qual já tínhamos e também alertados, quer para o funcionamento do quiosque, que temos que ver se está de acordo com o Regulamento ou se não está e o que é que se passa. Iremos officiar ao Município nesse sentido, eu creio que o Senhor Vice-Presidente até já está cá na Assembleia Municipal, deve estar reunido com alguém porque não está presente aqui, mas será entregue uma carta com a transcrição da sua comunicação. Muito obrigado. ---

----- Vamos passar agora à Senhora Dona Maria Manuela da Purificação Reis, que estava atrás, já é uma nossa assídua presença nesta Assembleia Municipal, mais uma vez a saúdo pela sua vinda, ainda não tenho resposta ao problema que pôs na última

Reunião, mas creio que o problema que a traz hoje cá é outro e nós saudamos a sua participação nesta Assembleia, faça o favor Senhora Dona Manuela.”-----

----- **A Muniçipe Senhora Dona Maria Manuela da Purificação Reis**, residente na Rua Barão de Saborosa, 253 R/C Frente, 1900-090 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. O assunto é outro mas está relacionado com o sentido da vida, que é torná-la cada vez melhor, isto se tivermos ajuda, porque precisamos muito de ter ajuda nesta etapa da vida, que é a última etapa, que é a velhice e juntamente com a deficiência ainda é pior. -----

----- Então eu venho dar conhecimento de que estão muitos idosos isolados, sozinhos, e deficientes, sem puderem andar, eu dou graças a Deus por estar aqui, porque tenho o meu carro aqui, senão não estava aqui também, também estava isolada e sozinha porque eu cada vez tenho mais dificuldade em andar. -----

----- Hoje fui confrontada com um Senhor, quando saí de casa, a dizer-nos “ Então agora quer dois lugares? Quer um lugar daquele lado e quer um lugar à deste?”. Eu digo assim: “Não, eu não quero, eu pedi para me porem o lugar de estacionamento do meu lado porque tinha medo de ser atropelada, porque eu tenho dificuldade e demoro tempo a atravessar a rua. O meu lugar é aqui, está aqui a matrícula”, “Sim, mas está ali o boneco no chão”. Eu digo assim: “Mande tirar o boneco” e eu digo assim “ Mas eu não tenho culpa, se calhar quem fez o serviço e que se calhar devia de tirar pintar o boneco que está no chão, de amarelo que é o logotipo de deficiente. Eu não tenho culpa.”, “ Então vá tratar disso, porque não tem nada que ter dois lugares”, e pronto e ficou na dele que eu tinha dois lugares! -----

----- “Oh Senhor o meu lugar é este, está aqui a deficiência e a matrícula.”, pronto, e realmente é muito difícil, agora é que eu vejo a dificuldade que é a viver deficiente e velha! Eu gosto de dizer velha porque é velha mesmo, eu estava com medo de não chegar a velha, não tenho complexos ser velha e o complexo dos pés também o ultrapassei porque foi muito boa a trabalhar sentada e nunca caí sentada. -----

----- Agora vamos ao Cinema São Jorge e eu agradeço imenso, eu gosto muito de agradecer e de elogiar a EGEAC, a EGEAC alimenta-me com cultura e então vou muito ao São Jorge, vou ao São Luiz e caí estrondosamente em janeiro no São Jorge. Faltou-me o corrimão e sobrou-me degraus e eu caí de costas, já não me pude levantar, a Doutora Marina Uva chamou imediatamente uma ambulância, levaram-me para o hospital, disseram “Está partida, tem a bacia partida, tem a anca partida”, eu estava toda escavacada! Tenho estado em repouso absoluto deitada de costas numa casa, mas qual casa? Se eu não tenho ninguém! Pronto, lá fui para a casa de Paço de Arcos, eu ouvia os comboios e então eu tive medo de perder a minha sanidade mental, porque foram 2 meses a olhar para o teto, portanto, não me levantava nem para ir à casa de banho, nada, deitada de costas. Depois assim que pude vim para casa, pedi ajudas, não foram dadas ajudas, que era para eu ir comprar um andarilho, não, ninguém se disponibilizou, nem a Junta nem a Misericórdia e então assim que eu pude guiar eu fui à Rua da Madalena não saí do

carro, mas apitei em segunda fila e vem a empregada de uma Casa Ortopédica, com artigos ortopédicos....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Dona Manuela, estamos a ouvi-la com muita atenção mas, portanto, já passou o seu tempo.” -----

----- **A Múncipe Senhora Dona Maria Manuela da Purificação Reis**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tragam-me o Andarilho! Portanto, é ajudas que eu estou a pedir, estou a pedir corrimões que é muito importante, corrimões, porque o que eu sou eu para descer uma escada para subir sem corrimão é de costas bem encostado à parede, porque senão não cai e então qual é o meu espanto, é que fica espantada, não estou a criticar, mas fiquei espantada, que eu pedi um corrimão para 5 degraus, um apoio para pôr a mão, não é que não há verba, não há verba! -----

----- Pedi no Museu do Azulejo, para 9 degraus que não tem parede nem de um lado nem do outro, nem apoio, não, a Senhora Diretora do Museu disse que não há verba, mas há muitos anos...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tenho mesmo que lhe pedir....” -----

----- **A Múncipe Senhora Dona Maria Manuela da Purificação Reis**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Pedi um corrimão para a Travessa dos Teatros, que são 22 metros e que não é o meu espanto agora, então eu não vejo lá 4 corrimões? É demais! Quando a Senhora Presidente das Finanças pede contenção e puseram 4 corrimões, 2 ao meio e um de cada lado, eu só pedi um e chegava!* -----

----- *Muito obrigado.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhora Dona Manuela pelo seu testemunho, pelo seu depoimento, pela sua coragem na luta que tem sido a sua vida e dizer-lhe que relativamente à questão do estacionamento, naturalmente, iremos chamar a atenção para tirarem de lá o logotipo do outro lado da Rua, mas também dizer-lhe que era uma grande falta de cidadania haver um vizinho que tem este comportamento com o vizinho, que tem uma dificuldade e que precisa de ultrapassar, portanto, isto é, enfim, é o dia-a-dia! Isso não se muda com leis, a cabeça das pessoas não se muda com leis, é todo um trabalho cultural que a gente tem que fazer para as pessoas perceberem que temos que ouvir e conviver todos uns com os outros da melhor maneira possível. -----

----- Quanto à questão dos corrimãos, acho que é assim que se diz, mas corrimões também serve, vamos ver se alguma coisa está no âmbito do Município, mas isso são instalações municipais e, naturalmente, serão tomadas medidas à medida que vão chegando estes alertas, estas pequenas coisas tem que ser resolvidas, porque são

grandes coisas, pequenas aparentemente, mas muito importantes que o dia-a-dia das pessoas. Muito obrigada pela sua presença.-----

----- Eu queria perguntar se a Senhora Dona Maria Hermínia que estava inscrita já chegou? Não está, portanto, neste momento, terminámos as intervenções dos cidadãos que vieram aqui falar no período do público. Agradeço a vossa presença e a vossa participação, vamos ver agora na sequência do que disseram aquilo que podemos fazer e vamos prosseguir com os nossos Trabalhos.-----

----- Temos neste momento, e antes de começar a Ordem do Dia, temos aqui um Voto de Pesar apresentado pelo PCP, pelo falecimento de Armando Silva Carvalho. -----

----- Eu pedia talvez ao Senhor 1º Secretário se está disponível para ler o voto de pesar.” -----

----- **Voto de Pesar nº 3/125 – Pelo Falecimento de Armando Silva Carvalho:**-----

-----“Faleceu no passado dia 1 de Junho, o poeta, ficcionista e tradutor Armando Silva Carvalho, um dos nomes mais marcantes da literatura portuguesa, com um estilo original, único e inconfundível. -----

----- Nascido em 28 de Março de 1938, em Olho Marinho, Armando Silva Carvalho era licenciado em Direito e trabalhou como publicitário, advogado e jornalista, tendo a sua obra sido distinguida com importantes prémios literários, desde o Prémio Fernando Namora ao Prémio de Poesia do Pen Clube. -----

----- Foi um dos poetas incluídos na Antologia de Poesia Universitária de 1959, a par de Fiama Hasse Pais Brandão, Ruy Belo e Luiza Neto Jorge, Gastão Cruz, Maria Teresa Horta e Casimiro de Brito, entre outros. Estreou-se na poesia com o livro "Lírica Consumível", em 1965, tendo obtido o Prémio Revelação da Sociedade Portuguesa de Escritores. -----

----- Em 1977 publicou "Portuguex", obra de ficção marcada pelo humor, pelo sarcasmo e pela observação crítica da realidade social. Deixou colaboração dispersa pelas mais importantes publicações portuguesas, caso de "Colóquio/letras", "Diário de Lisboa" ou "Hífen". Foi tradutor de obras fundamentais de Marguerite Duras, Beckett, Jean Genet, E.E. Cummings e Stephane Mallarmé, entre outros. No quadro da sua obra destaca-se o livro "O Irmão do Meio", escrito em parceria com Maria Velho da Costa, e a sua obra está traduzida para castelhano, russo, francês, inglês, sueco, letão, alemão, italiano e holandês. -----

----- Associado da Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) desde 26 de Novembro de 1980, o poeta foi distinguido pela SPA, no passado dia 22 de Março, pelo seu livro "A Sombra do Mar", apontado pela crítica como uma das suas obras mais relevantes. ----

----- O seu nome foi já indicado pela SPA à Academia Sueca como candidato ao Prémio Nobel da Literatura. Em 2001 recebeu o Prémio Fernando Namora com o livro "O Homem que Sabia a Mar". Em 1969 foi incluído na antologia "Líricas Portuguesas", da responsabilidade de António Ramos Rosa.-----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão de 6 de Junho de 2017, delibere: -----

----- a)Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Armando Silva Carvalho, guardando um minuto de silêncio; -----

----- b) *Apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à sua Família.* -----

----- *O Deputado Municipal do PCP, António Modesto Navarro.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- Senhores Deputados, a Mesa pergunta se alguém quer usar da palavra? -----

----- Não sendo o caso Senhoras Deputadas e Senhores Deputados e pedia agora silêncio e vamos fazer um minuto de silêncio em homenagem... -----

----- Ai desculpem, aprovamos a voto primeiro. -----

----- **Voto de Pesar nº 1/144** pelo falecimento de Armando Silva Carvalho. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. O **Voto de Pesar nº 1/144** foi aprovado **por unanimidade**. -----

----- Agora sim, um minuto de silêncio. -----

----- Muito obrigado Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 141, DE 16.05.2017;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- Vamos passar agora à apreciação da Ata que temos aqui para aprovar, é a Ata 141 de 16 de Maio. -----

----- Alguém se quer pronunciar, ninguém pede a palavra para se pronunciar. -----

----- A Mesa vai pôr à votação **Ata 141 de 16 de Maio de 2017**. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião.” -----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 141, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 141, Sessão Extraordinária, realizada em seis de junho de dois mil e dezassete, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Davide Miguel Amado (PS), Hugo Cordeiro Lobo (PS), Rui Paulo Figueiredo (PS), Rute Sofia Jesus (PS), Duarte Sapeira (PS), Silvino Correia (PS), Patrocínia César (PS), Victor Gonçalves (PSD), Maria José Cruz (PSD), Ana Carolina Ambrósio (PCP), Tiago Ivo Cruz (BE), Gabriel Fernandes (CDS-PP), José Sobreda Antunes (PEV), Fernando Gonçalves (IND). -----

----- **2 – APRECIACÃO DA RECOMENDACÃO 13/140 (PSD) – LISBOA CIDADE SEM LIXO, NOS TERMOS DA MESMA E AO ABRIGO DA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ARTIGO 4.º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A **Recomendação nº 13/140** apresentada pelo Psd fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhores Deputados, agora vamos apreciar algumas Recomendações apresentadas por diversos partidos que não foram apreciadas nas respetivas reuniões, mas que têm o direito, naturalmente, de as esse apresentar aqui, pelo que vamos dar a palavra em 1º lugar ao PSD para apresentar a Recomendação para 13/140.-----

----- Segunda Secretária se faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.-----

----- O que me traz aqui hoje é a apresentação da Recomendação Lisboa sem lixo.-----

----- Incide sobretudo na perspetiva que todos certamente temos, nomeadamente, às segundas-feiras de manhã, de como há uma acumulação excessiva de lixo nas ruas da cidade de Lisboa. Uma cidade moderna e cosmopolita como Lisboa, uma capital europeia do século XXI, não é compatível com esta imagem, não é compatível com a forma de gestão que origina esta incapacidade de resposta por parte dos serviços camarários.-----

----- Isto resulta, sobretudo, de 2 aspetos fundamentais. O primeiro, a não opção e o facto de, atualmente, nós estarmos completamente dependentes de um modelo organizacional que condiciona a ação 24/7, é em si mesmo uma redundância do ponto de vista operacional e é, inevitavelmente, eu diria mesmo um crime de lesa pátria contra o grande objetivo que é essa cidade de Lisboa que todos pretendemos cosmopolita, vibrante, dinâmica e uma capital europeia do século XXI.-----

----- Acresce que, inevitavelmente, outras questões se posicionam e que concorrem para uma dificuldade na gestão deste processo. Não podemos também negar o impacto negativo que tem a sobrecarga de horas de trabalho das equipas que atualmente já prestam um serviço inestimável à nossa comunidade. É determinante o facto de não termos de disponibilidade ou não, aparentemente não termos disponibilidade, para poder agir de forma clara e concreta no que diz respeito àquela que é, inevitavelmente, um dos piores malefícios que podemos fazer à cidade de Lisboa nos dias que correm.-----

----- No entanto, essas ferramentas já existem e elas resultam, sobretudo, de uma má opção estratégica e é isto que urge corrigir porque ainda vamos a tempo. A Câmara Municipal de Lisboa entendeu, em determinado momento, acolher nos seus quadros um conjunto de funcionários especificamente para a higiene urbana para colmatar as insuficiências que resultavam da transferência de alguns dos seus quadros para as Juntas de Freguesia. E isso aconteceu, porque, de facto, se tinham notado dificuldades em manter níveis de serviço aceitáveis no âmbito da higiene urbana. No entanto, a opção tomada não foi a de reforçar exclusivamente as equipas de recolha. A opção foi de direcionar parte significativa destes quadros para uma outra atividade, a pequena recolha diária e esta, aliás, que foi complementada posteriormente e que nós temos vindo a assistir ao longo do final do ano 2016, início do ano 2017, com o reforço com novas viaturas para fazer apoio a esta atividade.-----

----- Ora compreendemos todos, que vivemos cidade, que gerimos cidade, que a dificuldade inerente às recolha regular daquilo que é o pequeno lixo acumulado e

depositado nas nossas ruas, não é compatível com uma superestrutura como aquela que a Câmara Municipal gere. É por isso que, em vários momentos, tenho vindo aqui propor que essa capacidade passe a ser uma capacidade que seja delegada nas próprias Juntas de Freguesia, aliás, em bom rigor, as Juntas de Freguesia já hoje o fazem, usando do seu orçamento, abdicando disso, por isso, de fazer outro tipo de investimentos no seu território, para ir à dobra daquilo que é a atividade que a própria Câmara Municipal poderia e deveria estar a fazer. -----

----- E é aqui que temos que dizer que é necessário corrigir e é necessário adotar uma opção estratégica, que seja ela concorrente, coincidente com este enorme desígnio e por isso, a apresentação e a Proposta é clara: que os meios que estão neste momento mecânicos, que estão, neste momento, a servir a esse, sejam transferidos para as juntas de Freguesia para que as juntas de Freguesia possam fazer essa recolha, libertando assim o os meios humanos necessários para reforçar as soluções para o horário que ocorre, sobretudo na madrugada de domingo para 2ª, e assim colmatar esta insuficiência e o problema que nós temos que é a acumulação de lixo na cidade de Lisboa. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. Em relação a esta Recomendação, o Grupo Municipal do Partido Socialista acompanha a preocupação. É evidente que a recolha de lixo é uma questão das mais importantes e que é sempre uma das questões pela qual é manifestada uma maior preocupação pelos cidadãos em todos os momentos. As Juntas de Freguesia também o sentem, essa também é uma preocupação e têm, aliás, sido parte da solução, quando foi afetado, foi delegada essa competência, foi-lhes atribuída essa competência da limpeza e varredura que, neste momento, todos sabemos que reforça e em muito aquilo que é a ação da Câmara na recolha de resíduos. -----

----- A questão da recolha de resíduos é uma questão complexa, não se pode simplesmente dizer que há uma deficiência na organização e que é através apenas da reorganização e da afetação de recursos aos domingos que se resolve o problema é um problema com várias a vertentes, nomeadamente, uma vertente que também se prende muito com a educação para a cidadania e com aquilo que são, possam ser, programas de sensibilização para os Municípios, não apenas para garantir que se continua o trajeto que tem sido, ou que tem vindo a ser feito de redução dos resíduos orgânicos e de aumento da taxa de reciclagem, mas também em relação aos horários e aos dias da deposição do lixo. Porque, de facto, o que se trata aqui de saber é se as pessoas também estão conscientes que ao fazê-lo, e ao fazê-lo nos dias errados, estão a fazer, estão a impactar negativamente também naquilo que são os direitos dos seus concidadãos. -----

----- Em relação à Proposta concreta, o Grupo Municipal do Partido Socialista acompanha a preocupação, como disse, penso que será a importante que a Câmara avalie esta solução, esta Proposta do alargamento da recolha aos domingos, mas é importante também dizer que essa recolha terá que, obviamente, ser alvo de uma de uma negociação com os sindicatos, porque estamos a falar aqui de uma alteração que

não pode ser feita de um dia para o outro, porque tem impacto também naquilo que é o horário e a afetação de trabalhadores. Poderá envolver um aumento de recursos, poderá envolver e envolve, certamente, uma alteração naquilo que são os turnos atuais dos trabalhadores. Portanto, é uma alteração que tem que ser equacionada, que não se faz de um dia para o outro e a que pensamos até que pode, porque as zonas da cidade onde isto acontece, sobretudo, são zonas com maior pressão turística, ter uma afetação, por exemplo, da taxa turística à atividade da higiene urbana nas zonas em que ela é necessária. -----

----- Portanto acompanhamos mas com uma preocupação de que não é de um dia para o outro, não é uma deficiência naquilo que é a estratégia, é uma contingência, é uma aumento de pressão que ocorreu e ao qual a Câmara terá que reagir. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, já vamos inscrever o Senhor Deputado Modesto Navarro. -----

----- Mas, antes de passar a palavra aos outros Senhores Deputados que estão inscritos, dar notícia de que temos presente na sala uma delegação da direção da Associação Nacional de Assembleias Municipais, que acaba de ser recebida esta tarde na Comissão de Poder Local e Ambiente e Ordenamento do Território da Assembleia da República e a quem eu dirigi um convite para virem aqui, uma vez que esta Assembleia Municipal já deliberou aderir à Associação de Assembleias Municipais e, por isso, eu convido todos os colegas a saudarmos os 3 Presidentes de Assembleias Municipais que estão presentes: o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Gaia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alcobaça. -----

----- Muito obrigado pela vossa presença e nós vamos prosseguir com os nossos trabalhos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Caríssima Presidente, Secretários, Executivo, colegas Deputados, caro público, com especial então para os companheiros nas autarquias do nosso país querido.-----

----- Relativamente às Recomendações, o que foi dito acerca do lixo, concordamos em absoluto. Esta é, de facto, uma questão de cidadania a ser trabalhada pela Câmara Municipal a par de ser trabalhada por todos nós. Os ensinamentos nas escolas como pais, como a avós, enfim, é, de facto, um trabalho de todos nós, fazer com que os cidadãos sejam mais eficazes também nesta questão do lixo e as Câmaras também, necessariamente. -----

----- Relativamente à questão da paridade concordamos com o princípio político apenas questionamos aqui a legalidade desta decisão... -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Oh Senhora Deputada eu creio que está a falar já da Recomendação seguinte, nós estamos a falar da Recomendação 13/140 sobre o lixo.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Eu ia já elencar tudo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra respondeu:-

----- “Ah! Está a falar de todas ao mesmo tempo? Nós estamos a fazer a apreciação separada mas tudo bem, poder assim, como queira.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra continuou: -----

----- “Pronto, depois relativamente à questão da, portanto, dizer-vos que não votaremos esta questão da paridade não porque o príncipe político não esteja caro, mas porque questionamos, portanto, a legalidade desta decisão, tal como está formulada. E de resto, a Câmara Municipal dá um exemplo, lógico, por exemplo, no número de dirigentes que são mulheres em termos da Câmara. -----

----- Quanto à precariedade, este é um assunto que a muitos de nós nos é caro, a Câmara está a fazer o seu caminho, já há, aliás, um contrato experimental como será pela Câmara elencado, mas há aqui algum carácter de inexequibilidade no derolar das questões que são tidas. -----

----- O Pavimentar Lisboa para nós é um dado assente, é isto, a antologia foi esta: houve um levantamento técnico das prioridades, este levantamento técnico foi confrontado com o parecer das Juntas de Freguesia, portanto, há, de facto, uma priorizar quer dizer, não foi por acaso e, portanto, votaremos também contra. -----

----- É só, obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Nós vamos votar contra esta Recomendação, porque é já, digamos, um dado adquirido de há muitos anos a esta parte que os trabalhadores têm direito ao domingo e há direitos adquiridos e há famílias e não há que adequar, digamos, e desestruturar de um lado para estruturar no outro. -----

----- Para além do mais, é preciso verificar a sério e não é assim através de uma Recomendação, é preciso verificar com os sindicatos, quais são as situações concretas e qual é, digamos, qual é a necessidade importante em termos de trabalhadores. E depois atuar no sentido de resolver os problemas, mas não de ir mais além do que aquilo que está estabelecido em perda de direitos e de condições de vida. Muito obrigado. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Vereadores, caros Deputados. -----

----- Dizer que este problema do lixo e da recolha já não é um problema novo, tem-se feito algum trabalho nesta área, em particular, pelas Juntas de Freguesia que têm aqui um trabalho hercúleo, muitas delas 24 sobre 24 horas. -----

----- Dizer também ainda há soluções que ainda não estão à altura daquilo que são os desafios da nossa cidade e que temos sempre este problema que não deixa de ser um problema de salubridade e de saúde pública, sendo que chegamos à altura do Verão e das festas da cidade e que, obviamente, aumenta o fluxo turístico, mas também de cidadãos, às festas da cidade e, conseqüentemente também, aumenta o lixo. -----

----- Juntando a este fator também temos o aumento das temperaturas e, portanto, o volume exponencial de resíduos aumenta. -----

----- Nós, em 2015, em junho de 2015, tentámos aqui uma Proposta exatamente já a levantar esta problemática. Pedindo que as 3 recolhas semanais passassem a 4 e que houvesse uma recolha adicional nos dias de feriados e infelizmente, o problema mantém-se, e esta Proposta na altura acabou por ser chumbada pelo PS e pelo PCP. Foi aqui levantada uma questão sobre o aumento dos recursos humanos e que é uma questão que não se pode resolver de um dia para o outro, também sabemos, mas, como disse, nós já em 2015 alertámos para esta matéria e não me parece que esteja nada a ser resolvido neste sentido. -----

----- Portanto, acompanhamos esta preocupação do Partido Social Democrata e obviamente iremos votar favoravelmente. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Deputado falou de uma recolha nacional, mas julgo que estava a falar de uma recolha municipal? Adicional! Então sou eu que estou surda, desculpe. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, só fazer aqui um último reparo ao Senhor Deputado do CDS. Dizer que não é uma preocupação do PSD é uma preocupação dos lisboetas, todas as segundas-feiras quando acordam e vêm a sua cidade virada do avesso. -----

----- A questão aqui não é sobretudo uma questão que me parece que esteja centrada na dimensão da preocupação exclusiva com aquilo que é os hábitos. Nós passámos os últimos 20 anos com campanhas e a avaliar hábitos e aquilo que nós compreendemos hoje é que as pessoas, muito provavelmente, não fazem mais porque também não têm condições para o fazer. Só quem não conhece a realidade urbanística do casco velho da cidade de Lisboa é que não compreende que a maior parte das pessoas não têm condições, em suas casas ou nos seus prédios, para manterem os caixotes do lixo dentro ou para fazerem qualquer retenção do lixo. Portanto, temos que ser nós aqui a reorganizar aquilo que é a nossa estratégia de intervenção não acondicionando àquilo que seria a realidade, por exemplo, da coroa exterior onde temos já muitos empreendimentos novos com capacidade para terem aquelas casas do lixo, aquele espaço onde eles podem fazer o armazenamento, mas que não é uma realidade existente naquela parte mais antiga mais relevante também do ponto de vista daquilo que é o impacto devido ao facto de serem ruas estreitas, devido ao facto de serem, muitas vezes, edifícios antigos na nossa cidade. -----

----- Aqui a dificuldade é sobretudo uma dificuldade que se prende não com a necessidade imperiosa de, inclusivamente, infligir algum dano ou reverter alguma garantia de algum trabalhador. Não, pelo contrário, é a necessidade de reorganizar os turnos, de aproveitar como eu comecei por dizer, o facto de já existirem meios disponíveis de passar para as Juntas de Freguesia, aqueles que são a pequena recolha, que as Juntas de Freguesia gastam imenso dinheiro do seu orçamento para o fazer e passar essa competência para as Juntas, libertando recursos humanos do lado da Câmara para os focar nesse turno adicional, para que isso não prejudique depois as garantias dos trabalhadores. -----

----- Claro que não estou a ver, em momento algum, vir algum partido dizer que a cidade tem que parar um dia por semana, por alguma característica que considera inabalável. Uma cidade moderna quer-se uma cidade flexível, em que todos têm disponibilidade e têm vontade de ajudar a construir e que isso acontece sem que sejam pisados aqueles que são os seus direitos contratuais, obviamente isso nunca se colocaria. -----

----- Portanto, aqui o desafio está exatamente em compreender esta nova dinâmica urbana em perceber que estamos a ficar para trás no que diz respeito àquilo que é a recolha do lixo e que, neste momento, existem já meios, existem já soluções. É tudo uma questão de reorganização estratégica que tem, sobretudo, a ver com esta questão das competências e, sobretudo, compreender o essencial. -----

----- A pequena recolha, inevitavelmente, tem necessidade, tem a agilidade da intervenção das Juntas de Freguesia, todos estamos de acordo sobre isto. A grande dificuldade está, neste momento, nos circuitos principais. E é aqui que nós também temos que reforçar á Câmara, então, neste momento, os circuitos principais e a capacidade e à Junta, a pequena recolha. -----

----- Só assim, podemos assegurar maior eficácia na recolha do lixo e podemos assegurar maior salubridade pública e dignidade para a nossa cidade que tanto o merece. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, a Mesa informa que o tempo que cedido pelo partido, pelo PAN, penso que não tenho mais Senhores Deputados inscritos. -----

----- Pergunto ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, se quer usar da palavra? Senhor Vice-Presidente da Câmara vai usar da palavra.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Quero agradecer esta discussão e as ideias que vão surgindo para melhorar a higiene urbana da cidade de Lisboa. Mas quero também acrescentar um conjunto de informações sem as quais nós não conseguimos ter uma visão de conjunto sobre este tema. -----

----- Em primeiro lugar, nota-se que começa a ser visível o investimento que tem sido feito na área da higiene urbana, já chegaram cerca de 50 de 100 novas viaturas que

foram contratadas, começam a ser demasiado visíveis, mesmo aqui à porta, contentores enterrados com outra capacidade e com outra comodidade e até com outra eficiência, uma vez que eles têm sensores que permitiram a recolha atempada quando eles estão cheios. -----

----- Começam a ser visíveis, por toda a cidade, contentores que nós instalamos em cerca de 170 localizações na cidade de Lisboa. -----

----- Começa também a ser visível a mudança de recolha de sacos para contentores comunitários em alguns bairros históricos. Já temos na Bica, está a ser implementado no Bairro Alto e, inclusivamente, já alterámos o horário da mudança de recolha de papel, por exemplo, na zona do Chiado.-----

----- Portanto, eu discordo de uma visão excessivamente negativa, pelo contrário, acho que o serviço está a melhorar, se tivéssemos atentos, se estivermos atentos também àquilo que foi o inquérito recente que foi feito pelo Instituto de Ciências Sociais para a questão da reforma administrativa, avaliamos que existe uma avaliação positiva também sobre essa matéria. -----

----- Tivemos já entrada de 250 trabalhadores na Higiene Urbana nos quadros da Câmara Municipal. -----

----- Não obstante, nem tudo está resolvido, a pressão aumentou, temos mais turismo e temos alguma pressão em algumas zonas. -----

----- Quero começar por dizer que já há recolha ao domingo em algumas zonas da cidade, em alguns centros históricos, já existe pelo menos 3 bairros da cidade que têm recolha ao domingo. A pergunta que se deve colocar e é a questão que foi levantada, é até que ponto é que nós devemos alargar, ou não, esse serviço que já é prestado pela Câmara Municipal. Eu acho que faz todo o sentido avaliar, colocar a pergunta sobre a questão, acho que faz sentido avaliar, partilho a observação de que não deve ser feito sem um acordo com os sindicatos e que não deve ser feito sem contratação de mais trabalhadores, porque, realmente, com os trabalhadores que temos, seria muito difícil, para não dizer impossível, compatibilizar o descanso dos trabalhadores com este serviço que seria prestado adicionalmente na cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, no que diz respeito à avaliação nesta matéria, acho que faz sentido avaliar onde, até porque ele já é prestado, portanto, faz sentido perceber se há zonas que também merecem este tipo de resposta. -----

----- No que diz respeito à transferência da competência para a Junta de Freguesia, aí já discordamos, acho que é possível fazer, já uma vez disse isso, em contrato de delegação de competências, apoio, eventualmente, com as juntas de Freguesia, em algumas matérias, mas a transferência da competência *tout court*, discordo.-----

----- Portanto, há uma posição do ponto de vista da avaliação do alargamento da recolha ao domingo e sobre essa perspectiva acho que faz todo o sentido o tema, faz todo o sentido ser colocado, eventualmente, faz todo o sentido ser estudado. Do nosso lado, acho que há o cuidado de não o fazer sem ter, pelo menos, a concordância dos sindicatos nessa mesma avaliação e monitorizando também os resultados dos locais onde já existe esse serviço, porque eu acho que, de alguma maneira, só para dizer que nem sempre essa é a resposta que resolve o problema. No caso, por exemplo, do

Bairro Alto, havendo recolha ao domingo, a questão que se colocava, que era muito mais relevante, era transitar de um sistema de recolha de sacos para um sistema de recolha comunitário, de contentores comunitários, porque deixava de haver os sacos espalhados no espaço público. -----

----- Mas acho que faz todo o sentido, numa cidade como esta, ainda para mais, com tantos atores, com tanta capacidade, ainda para mais, que vão assumindo responsabilidades nesta matéria, todos irmos somando ideias para tentar encontrar as melhores soluções para a cidade de Lisboa e, portanto, no que diz respeito ao desafio que me parece que está a ser aqui criado, é uma questão de avaliarmos e acho que faz todo o sentido avaliar esta Proposta.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor a vice-Presidente. Temos mais uma inscrição.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem sido uma batalha ao longo dos anos, Senhora Presidente muito obrigado, esta questão do quadro da limpeza, o quadro deste serviço da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- A certa altura, a diferença era entre a necessidade de 1300 trabalhadores e ter apenas 700 e tal no ativo. Isto prolongou-se ao longo dos anos e gostava de saber, o Senhor Vice-Presidente poderá informar, creio que, quero saudar a intervenção sim, consciente e capaz que ele acabou de fazer, e não esta tendência para habilmente através da Junta de Freguesia, passarem os trabalhadores para depois Presidente, se calhar, manobrar, etc., etc. como muito bem entenderem, e, se calhar, com algum autoritarismo.-----

----- Aqui há que ter em conta, não estou a falar de todos os Presidentes de Junta de Freguesia, não vale a pena, às vezes a tentação do poder, a história mostra, ‘mete o pau na mão do vilão, depois vais ver como é que as coisas correm’.-----

----- Há muitas tentações no meio disto e é bom nós cuidarmos das tentações, porque as notícias que chegam, matéria que já aqui foi bastante debatida, o facto de haver Juntas de Freguesia, hoje, com tantas responsabilidades, só com um eleito a tempo inteiro é um erro crasso que se continua a cometer e que deve ser resolvido, porque também leva, porque também leva a uma exaustão, digamos assim, e uma presença às vezes bastante preocupante, assessores, meios assessores, detrás de assessores etc., etc. a rodearem o Presidente da Junta que é uma única pessoa. Temos muitas dúvidas sobre algumas situações que conhecemos e outras que se calhar até era bom que conhecêssemos.-----

----- Mas a realidade concreta é exatamente como a põe o Senhor Vice-Presidente. É preciso estudar a situação, é preciso avaliar o reforço do quadro da Câmara Municipal e esta é, a nível da cidade, uma grande responsabilidade, das que restam, da Câmara Municipal e não deve ser desfeita, dispersada no sentido de criar ainda mais ruturas, mais problemas para os trabalhadores. Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Só lembrar Senhor Deputado que, neste momento já é possível, creio eu, que as Juntas tenham mais do que um eleito a tempo inteiro, podem ter dois ou subdividir o 2º mas, seja como for, provavelmente, ainda será pouco, isso é uma coisa a avaliar, mas já ultrapassa este quadro que estamos aqui a falar.-----

----- Vamos ver se há mais pessoas inscritas. Não tenho mais inscrições.-----

----- Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, pedia o vosso silêncio, a vossa atenção e vamos pôr à votação a Recomendação apresentada pelo PSD Recomendação nº13/140, intitulada ‘Lisboa cidade sem lixo’.-----

----- Recordo aqui a parte deliberativa desta Recomendação que diz o seguinte: ‘Propõe-se que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em sessão ordinária em 9 de maio, por acaso é 6 de junho, mas é igual, recomende à CML: reorganizar-se por forma a assegurar que nos dias supra referidos não exista uma substancial redução do nível de serviço e consequente acumulação de lixo nas ruas.’ É isto que vamos pôr à votação.-----

----- Voto da **Recomendação nº 13/140** – ‘Lisboa cidade sem lixo’ apresentada pelo PSD. A Recomendação nº 13/140 foi **aprovada por maioria**, com os votos contra do PCP, BE e PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Vamos passar ao Ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO CONJUNTA DAS RECOMENDAÇÕES 2/142 (BE) - ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DAS ENTIDADES QUE INTEGRAM O SECTOR EMPRESARIAL LOCAL DO MUNICÍPIO DE LISBOA, GARANTINDO A PARIDADE NA REPRESENTAÇÃO DE GÉNERO E 3/142 (BE) - ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS DE COMBATE À PRECARIIDADE, NOS TERMOS DAS MESMAS E AO ABRIGO DA ALÍNEA M) DO Nº 2 DO ARTIGO 4º DO REGIMENTO; 2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS;**-----

----- (A **Recomendação nº 2/142** apresentada pelo BE fica anexada à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 3/142** apresentada pelo BE fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos passar ao Ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. São 2 Recomendações apresentadas pelo Bloco de Esquerda sobre matéria que tem a ver com as Empresas Municipais e os estatutos das Empresas Municipais e a temos, então, os Senhores Deputados do Bloco de Esquerda que vão apresentar.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Executivo, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.-----

----- As Recomendações do Bloco de Esquerda apresentam-se de uma forma muito sucinta. Sabemos que no Município, tal como no país, já agora, há uma tendência, tem havido uma tendência de aumento da precarização das relações laborais e, portanto, é preciso que existam respostas ao nível municipal, também, para atender a este problema.-----

----- Temos aqui 2 situações diferentes e, já há umas semanas atrás, o Bloco de Esquerda apresentou uma Recomendação para minutizar, se assim quisermos dizer, o processo de regularização de precários do Estado no Município, que foi chumbado por esta Assembleia mas, poderemos avançar, e devemos avançar, também, noutras matérias que têm a ver com precariedade e que estão diretamente relacionadas com o Município e neste caso tem a ver com a estabilização da atividade do setor público a contratação pública e o apoio prestado para prossecução de verdadeiras políticas públicas, através de entidades da economia social.-----

----- E sabemos que a externalização de serviços, historicamente, tem servido exatamente para fomentar a precariedade numa grande variedade de serviços, isto a nível municipal, mas também a nível nacional acontece, mas aqui as Propostas que nós fazemos têm a ver com a resolução deste problema a nível municipal.-----

----- Dessa forma a Recomendação é muito clara qualquer contratação pública que seja feita pelo Município, ou externalização de serviços que seja feita pelo Município, o caderno de encargos tem que ter medidas com vista ao combate à precariedade dessa mesma contratação que é feita e, portanto, a Câmara Municipal deve também dar o exemplo na externalização dos serviços que faz, não fazendo nenhuma externalização com empresas que promovam contratos precários, que promovam trabalho sem direitos e, desta forma, estamos a valorizar o recurso a contratos de trabalho permanentes, também, dessas empresas, poderão ser empresas de trabalho temporário, empresas de prestação de serviços, poderão ser uma variedade de empresas mas, a Câmara Municipal também deu exemplo por aí e tenha um filtro, digamos assim, na altura de externalizar o serviço que precisa ou de fazer o contrato público que precisa.-----

----- E, por outro lado, os apoios que sejam prestados a entidades da economia social também têm que assegurar que os que os trabalhadores dessa mesma entidade que será apoiada desempenham funções nos projetos e atividades objeto de apoio pelo Município, esses trabalhadores têm que ter também um vínculo de trabalho que não seja precário e, desta forma, estamos, na verdade, a promover que a Câmara Municipal seja responsável, tenha uma responsabilidade social acrescida, também, neste tipo de atividades.-----

----- E, por último, Recomendar à Câmara Municipal que as decisões relativas a benefícios fiscais, isenções e reduções de taxas, assegurem que os trabalhadores da entidade que vai ser beneficiada tenham um contrato de trabalho não precário e que seja assegurado o cumprimento dos instrumentos de contratação coletiva caso esse setor esteja vinculado a um instrumento de contratação coletiva.-----

----- E, portanto, na verdade, aquilo que estamos a propor é que a Câmara Municipal de Lisboa seja responsável do tipo de contratações que faz e que não seja mais um motor de precariedade na cidade.-----

----- E, por outro lado, a 2ª Recomendação tem que ver com a alteração de estatutos de entidades que integram o setor empresarial local, para garantir a paridade na representação de género.-----

----- Já hoje tivemos uma intervenção que nos dava conta de algumas dúvidas sobre a Proposta que aqui é feita, mas, na verdade, não há aqui, para o Bloco de Esquerda, nenhuma dúvida sobre a legalidade da mesma. Cabe ao Município fazer essa escolha, não está impedido pela lei que, no seu setor empresarial local, exista uma paridade de 50/50 e, portanto, cabe ao Município escolher politicamente se quer avançar nas matérias de igualdade de género, ou não.-----

----- E, por isso também, já desde a semana passada, apresentámos uma pequena alteração à Recomendação, separando por pontos a Proposta que inicialmente foi feita e, na verdade, achamos que as Câmaras Municipais devem ser as primeiras, a nível local, a dar o exemplo. Não só no combate à precariedade, mas aqui também na representação do género, na paridade que é necessária também incutir no setor empresarial local e, como disse, não é demais reforçar, para nós não é porque o Município não é obrigado a fazer que não o deve fazer, pelo contrário, deve e pode fazê-lo neste caso.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, colegas da Mesa, Senhores Vereadores e demais colegas.-----

----- Relativamente a Recomendação nº 2/142 do Bloco de Esquerda que promove a alteração do estatuto das Empresas Municipais para garantir a paridade de género na representação, concordamos com o princípio. Existe o compromisso político nesse sentido e este é, comprovadamente, um dos pontos de honra do Partido Socialista. Consideramos no entanto desnecessário escrever a expressão Proposta no setor das Empresas Municipais, porque esta disposição já tem vindo a ser praticada e, portanto, votaremos contra esta Recomendação.-----

----- Quanto à Recomendação nº3/142, também do Bloco de Esquerda, discordamos das preocupações relativamente à precariedade laboral no Município e consideramos que tais preocupações não têm sentido.-----

----- Estamos de acordo com os princípios, mas não com a metodologia e por isso também votaremos contra.-----

----- O executivo PS+ deu provas, ao longo dos tempos, de combater a precariedade laboral. Com efeito, mais de 800 trabalhadores precários foram integrados nos quadros do Município, da Câmara, em 2009 por iniciativa do então Presidente e atual Primeiro-Ministro, António Costa e, ao longo dos anos de crise, a Câmara Municipal aproveitou sempre todas as aberturas da legislação laboral restritiva do anterior Governo para recrutar trabalhadores para os seus quadros.-----

----- Relembremos os concursos em 2014 para 50 bombeiros e para 150 cantoneiros até 2016 e ainda as muitas entradas de pessoal para os quadros da Polícia Municipal. Atualmente, têm sido diversos os concursos de pessoal abertos e integração de trabalhadores nos quadros. -----

----- Aliás, eu acabei de receber há bocadinho aqui a revista ‘Alto Risco’, que é da Associação dos Bombeiros Profissionais em que, precisamente na 1ª página, vem que ‘Lisboa, reforça socorro. Regimento de Sapadores Bombeiros integra 45 novos elementos. E nova recruta de 100 elementos chega em Outubro’. Portanto, isto é uma evidência e portanto não temos lições a receber a sobre esta matéria. -----

----- A Câmara Municipal, juntamente com as Empresas Públicas Municipais, tem sido a entidade pública que mais tem admitido trabalhadores com vínculos permanentes, por outro lado, consideramos muito positiva a atual iniciativa da Câmara de descongelar progressões nas carreiras, aumentar prémios de produtividade e de discriminar positivamente os concursos para aquisição de bens e serviços e para empreitadas a empresas com menos trabalhadores precários. -----

----- Embora nos pareça que a maioria das situações de precariedade no Município têm vindo a ser resolvidas, persistindo apenas algumas situações em Empresas Municipais devido a recentes acréscimos de atividades e equipamentos que lhes foram atribuídos. Congratulamo-nos com a moção do PCP aprovada em reunião de Câmara que determina o prazo de 90 dias para o levantamento de potenciais situações de precariedade do Município que, caso sejam detetadas, serão também, certamente, solucionadas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- Nós em relação à Recomendação 3/142, vamos votar a favor, mas é importante dizer que mais do que a definição de critérios de contratação pelas autarquias é a luta mais geral pelos direitos dos trabalhadores que importa desenvolver. -----

----- Na Recomendação 2/142. Queremos dizer que a igualdade não se decreta por lei, ela tem que ser construída com base na criação das mesmas condições para homens e mulheres, igualdade salarial, serviços públicos de apoio à infância, regulação dos horários de trabalho, etc. É que a mulher sofre, de facto, grandes consequências. -----

----- Tentar impor quotas, sobretudo nos lugares de topo dos Conselhos de Administração é espantoso como no meio de tantos problemas, na generalidade das mulheres e dos homens, dos trabalhadores, se fale de Conselhos de Administração. Tem também o efeito perverso de mascarar a realidade da maioria das mulheres trabalhadoras, realidade essa que tem que ser transformada na base. -----

----- A apresentação, a representação dita ‘equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e fiscalização das empresas do setor público, empresarial e das empresas cotadas em bolsa’, tendo tudo isto em aspas, porque é da legislação da Comunidade Europeia, são parte integrante de uma estratégia ideológica estimulada a partir da União Europeia, desde há vários anos, com o objetivo de iludir e impedir a resolução das reais causas das desigualdades entre os homens e as mulheres que são

as condições de trabalho, os salários, a liberdade de lutar, até do ponto de vista de fazer greve. Aliás, é particularmente significativo, o acordo e simpatia do patronato e da elite financeira sobre esta matéria, quando se entra cá por cima, não se está lá em baixo a lutar. -----

----- A luta pelos direitos específicos das mulheres é inseparável da luta mais geral por um país de progresso e justiça, com direitos iguais no trabalho e salários na vida política, social e cultural. -----

----- Ainda num passado recente um governo PSD/CDS desencadeou uma brutal ofensiva sobre os direitos laborais, sociais, sexuais e reprodutivos das mulheres, das trabalhadoras, dos trabalhadores e do povo, em paralelo com um discurso plasmado numa resolução do Conselho de Ministros que visavam o regime de representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das empresas do setor público, empresarial e das empresas cotadas em bolsa. -----

----- Estamos profundamente convencidos que a criação de mecanismos legais de imposição ao lado de quotas não tem qualquer eficácia na alteração da natureza da governação dos respetivos órgãos e passa ao lado do que é central. É, portanto, insuficiente e votaremos contra esta Recomendação, Muito obrigado. “-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, não tenho mais inscrições. Pergunto se a Câmara quer intervir sobre estas 2 Recomendações. A Senhora Deputada Isabel Pires quer intervir? Senhor Vereador? Eu não consigo ver daqui. O Senhor Vereador tem a palavra se faz favor.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Primeiro, sobre a Recomendação 2/142. -----

----- Começaria esta intervenção, agradecendo ao Bloco de Esquerda. A apresentação desta Recomendação. Apenas tenho é que sublinhar que esta Recomendação peca por tardia, porquê? Porque à data de hoje, o Município de Lisboa, não tendo necessidade de ser consagrado em termos estatutários, já tem, na sua globalidade, no universo municipal, tem nos seus cargos dirigentes 82 elementos do sexo masculino e 96 do feminino, ou seja, 46% de homens e 54% de mulheres. Portanto, pode ser muito útil esta Recomendação para qualquer outra instituição, mas para esta, não me parece que faça grande sentido, porque ela, de facto, sem essa mesma Recomendação sem essa mesma inclusão nos estatutos, estamos todos de acordo, ou pelo menos nós, o PS+, e penso que o este a ala do hemiciclo, pelo menos, e penso que será extensível mesmo a alguns setores da ala do lado de lá, que estaremos todos de acordo sobre esta matéria. -

----- Portanto, como para além de estarmos de acordo do ponto de vista filosófico e político, já estamos a praticar, não parece necessário que tenhamos que incluir como regra, porque ele já acontece, é porque já entrou no nosso ADN e quando entra no nosso ADN já não será necessário incluí-lo. Por isso mesmo 100% de acordo com o

princípio político, aliás, praticamo-lo, e não estamos de acordo, evidentemente, com a inclusão nos estatutos que não há necessidade disso.-----

----- Segunda parte e recomendação que se segue, 3/142. -----

----- Sobre esta matéria, sobre a questão dos princípios, também estamos de acordo. Mas, também tenho a dizer que, mais uma vez, estão na instituição errada a dizer o que estão a dizer. Por um lado, porque, como já foi dito pela deputada Irene Lopes, o Município de Lisboa, de forma pioneira, diria eu, pelo menos nesta fase nos últimos anos na administração pública, após herança de cerca de 900 pessoas com contrato prestação de serviços fez um processo em que regularizou todas as situações que tinham que ser regularizadas com o tribunal arbitral e essas pessoas fazem hoje parte dos trabalhadores do Município.-----

----- Hoje mesmo e, como também já foi referido nesta fase da vida do Município, temos a algumas situações que estão a ser avaliadas, aliás, como foi decidido em Câmara e, portanto, seria repetitivo voltar a decidir isso na Assembleia, portanto, foi por isso mesmo que essa iniciativa não teve o acolhimento da maioria mas, dizia eu, esse trabalho está a ser feito e dentro de alguns dias, eu suponho que na próxima reunião de Câmara, que não esta, mas na outra a seguir, portanto, ainda durante o mês de junho, apresentaremos esse relatório. -----

----- Esse relatório vai-nos apresentar algumas, poucas, situações que o Município ainda conseguiu acumular por dificuldades de abertura de concursos em algumas áreas mas, como também já foi dito, temos o orgulho de ter aberto um conjunto de concursos onde entraram cerca de, neste momento, já 250 pessoas na área dos cantoneiros, nos trabalhadores desenvolvem suas a sua atividade na área dos bombeiros, dos Sapadores Bombeiros, entre outras. Sendo já cerca de 400, nos últimos anos, a entrada de trabalhadores para o Município, já passou os 400 e vai haver uma nova abertura de concursos, que decorrerá deste processo, mas essencialmente das necessidades que o Município já tem de quer de reforçar algumas áreas, quer de as rejuvenescer. -----

----- Mas a outra matéria que está aqui em fundo, que é a matéria objeto desta Recomendação, está a ser tratada pelo Município, ela já foi anunciada aqui há umas semanas atrás a propósito de uma matéria que, já agora aproveitava para sublinhar muito rapidamente, que tem a ver com os pagamentos em tempo e horas e em que nós colocámos essa questão na Ordem do Dia e incitámos os nossos fornecedores a fazerem, a praticarem os mesmos princípios ao nível dos pagamentos aos seus fornecedores. Mas anunciei eu nessa altura que iremos apresentar, e vamos fazê-lo ainda também este mês, um pacote sobre esta matéria, mas que, como é evidente, vai ter que ser gradual, vai ter que ser trabalhado em conjunto quer com associações empresariais, quer com os sindicatos, quer que o 3º setor. Já foi feita uma experiência que está, neste momento, a ser avaliada em que na nova contratação dos assistentes de exposição que vão desenvolver o seu trabalho no MUDE, foi colocada uma cláusula em que vai ser obrigatório a evidência de que essas pessoas têm contrato de trabalho e que respeitam toda a legislação do trabalho em Portugal e, portanto, vamos fazê-lo gradualmente, já o estamos a fazer, o que está aqui, algumas destas matérias, são

extemporâneas pela forma como estão já redigidas como se fosse possível de um momento para o outro tornarmos isto completamente em positivo e, por outro lado, tranquiliza-la, porque esse caminho está a ser feito e, aliás, contamos o Bloco de Esquerda, a seu tempo, para podermos tratar com a tranquilidade que estes assuntos merecem e não inviabilizando já algumas medidas pela forma como elas estão aqui escritas que seriam completamente impraticáveis na Administração Pública. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- Nos minutos que me restam, só dar aqui duas indicações relativamente à intervenção do Senhor Vereador. O Bloco de Esquerda não fica nada tranquilizado, depois de um debate deste género, a única coisa que nós aqui ouvimos e as conclusões que nós podemos chegar deste debate, é que toda a gente concorda com o princípio da coisa, mas ninguém quer, de facto, aprovar nada que tenha a ver com esse tal princípio da coisa e a verdade é que aquilo que nós estamos a falar, não é dos trabalhadores do Município, se bem leu a Recomendação nº 3 não é disso que nós estamos a falar. O que nós estamos a falar é de que, e deu agora a indicação sobre os fornecedores, a Câmara Municipal de Lisboa quando tem que externalizar um serviço ou precisa necessariamente de recorrer a um fornecedor, que tenha no seu espírito e que tenha na sua prática diária que não podes externalizar um serviço a uma empresa que tem situações de precaridade e, em alguns dos casos, que já aconteceram ainda durante este executivo na cidade de Lisboa, absolutamente gritantes e, portanto, eles acontecem, eles existem, com certeza que se fazem muitos passos sempre para resolver isto, mas, na nossa ótica, é preciso que isto esteja muito bem instituído e que esteja absolutamente claro nos métodos de contratação pública, de externalização e também dos apoios que são prestados a entidades da economia social e também, muito importante, o ponto 3 a questão dos benefícios fiscais, porque sabemos que se é importante trazer empresas e trazer emprego para a cidade, esse emprego não pode ser precário e, portanto, não pode haver empresas que são beneficiadas fiscalmente quando o trabalho que trazem é precário e, muitas vezes, nem sequer é aqui na cidade de Lisboa nem aos habitantes de Lisboa e, portanto, para nós era absolutamente essencial que isto ficasse muito claro. -----

----- Mas ficamos não tranquilizados porque aparentemente só o princípio é que estamos todos de acordo, no que toca a avançar sobre o princípio ficamos sempre aquém. O mesmo acontece no que tem a ver com a apresentação de género e poderemos dizer que já avançamos muito na Câmara Municipal, até já há mais mulheres que homens, quer dizer, na EMEL sabemos que não é isso que acontece e, portanto, temos casos do setor empresarial municipal, é disso é que nos estamos a referir, não é ao executivo, nem à Câmara Municipal, é ao setor empresarial local, sabemos que isso não acontece em todo o lado e, portanto, também sabendo que no princípio, estamos todos de acordo a também ficamos a saber que alguns querem

instituir esse princípio como regra e outros não querem e, portanto, isso fica muito claro no meio desta discussão e as ilações serão tiradas com esta votação.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada, agora sim, creio que todos usaram da palavra, Senhor Vereador, creio que já não tempo, não, tem ainda um pouco de tempo? Creio eu. Sim. Pedir-lhe para ser sintético. Tempo cedido pelos Independentes.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Serei muito rápido Senhora Presidente.-----

----- Só para dizer que, de facto, não são só os princípios, é prática, e é a prática indesmentível pelos números. Os números são muito evidentes e, portanto, escusa de voltar a dizer que a questão, nos ficamos por princípios, não nos ficamos pelos princípios, só consideramos como já temos a prática não precisamos de colocá-la nos estatutos.-----

----- Quanto à 2ª parte da matéria, eu acho que estas questões não há pior inimigo do que uma mudança social profunda e do que uma mudança de cultura do ponto de vista das compras da Administração Pública do que fazê-la de forma precipitada e com alguma ligeireza. Ainda agora está para promulgação o novo quadro, o novo Código da Contratação Pública que vai introduzir aqui algumas possibilidades melhoradas para podermos responder às questões de responsabilidade social e, portanto, não vale a pena só por uma questão de calendário eleitoral apressar-nos com situações que merecem uma ponderação e um uma reflexão e um trabalho conjunto que é inimigo dessa pressa e dessa pressa que chegou agora porque estamos em altura de eleições. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Vereador. Senhores Deputados creio que terminámos as intervenções sobre esta matéria.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a Recomendação nº 2/142. E tenho indicação que há liberdade de voto na bancada do PSD pelo que terei que somar as presenças.-----

----- Portanto, a Recomendação nº2/142 do Bloco de Esquerda sobre a ‘alteração dos estatutos das entidades que integram o sector empresarial local do Município de Lisboa, garantindo a paridade na representação de género’. É esta que vamos votar em 1º lugar.-----

----- Voto da **Recomendação nº 2/142** – ‘alteração dos estatutos das entidades que integram o sector empresarial local do Município de Lisboa, garantindo a paridade na representação de género’ apresentada pelo BE. Votos contra do PS, PCP, CDS-PP, PNP, 5IND, abstenções do 13PSD, PEV, MPT...-----

----- Desculpem lá, oh Senhores Deputados, eu estou a pedir as abstenções da Recomendação 2/142, e pedia para levantarem o braço para eu ver quem é que se está a abster.-----

---- Desculpe lá mas eu não estou a votar a 2ª Recomendação! Estou só a votar a 1ª! ---
----- O Senhor Deputado pediu a palavra através do microfone que fizesse uma interpelação à Mesa e explicasse, senão eu não ouço.-----
----- A regra aqui é: se há liberdade de voto, temos que contabilizar todos os votos, os que são a favor, contra e abstenção. Se a bancada tem uma orientação de voto, nós subtraímos à bancada os votos diferentes e o resto são votos da bancada. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luis Newton (PSD)** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Exatamente! Alguns Senhores Deputados têm...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Então não é liberdade de voto, tem orientação de voto mas há alguns Senhores Deputados que votam diferente, muito bem! -----

----- E, portanto, quem é que se abstém? Volto perguntar. -----

----- Voto da **Recomendação nº 2/142** – ‘alteração dos estatutos das entidades que integram o sector empresarial local do Município de Lisboa, garantindo a paridade na representação de género’ apresentada pelo BE. A Recomendação nº 2/142 foi **rejeitada**, com os votos contra do PS, PCP, CDS-PP, PNP, 5IND, abstenções do 13PSD, PEV, MPT, votos a favor do 3PSD, BE, PAN, PNP. -----

----- O CDS-PP indica que quer fazer uma declaração de voto, uma declaração de voto por escrito. -----

----- (O CDS-PP não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- Vamos prosseguir. E então agora trata-se de pôr à votação a Recomendação 3/142 do Bloco de Esquerda.-----

----- Voto da **Recomendação nº 3/142** – ‘Estratégias municipais de combate à precariedade’ apresentada pelo BE. A Recomendação nº 3/142 foi **rejeitada**, com os votos contra do PS, PSD, CDS-PP, 5IND, abstenções do MPT, PNP votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN.-----

----- Vamos passar agora o Ponto 4 da nossa Ordem de Trabalhos.” -----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 3/143 (CDS-PP) – PLANO PAVIMENTAR LISBOA, NOS TERMOS DA MESMA E AO ABRIGO DA ALÍNEA M) DO Nº 2 DO ARTIGO 4º DO REGIMENTO; 1 X GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A **Recomendação nº 3/143** apresentada pelo CDS-PP fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “É uma Recomendação do CDS-PP sobre Pavimentar Lisboa. Não sei se já está presente, eu não sei se já está presente. O CDS-PP, certamente, quer apresentar a Recomendação se faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Como sabemos, em 2015, a Câmara aprovou o plano Pavimentar Lisboa. À data, nesta Assembleia Municipal, o CDS propôs a inclusão de várias artérias cuja intervenção se revestia, na nossa opinião e de muitos munícipes, prioritárias. Essas Propostas, maioria delas, não foram acolhidas pelo Executivo camarário.-----

----- Eu, sobre esse plano, falaria em 2 dimensões:-----

----- A 1ª sobre os arruamentos incluídos no plano e que continuam sem calendarização prevista, como é o caso da rua Gomes Freire, como sabem, está num avançado estado de degradação e por onde passam muitas viaturas de emergência Médica de acesso aos hospitais da zona e as ruas Luciano Cordeiro e Rua do Limoeiro entre muitas outras.-----

----- E numa 2ª dimensão, os arruamentos propostos e considerados prioritários e que não foram acolhidos pela Câmara, nomeadamente, as ruas Andrade Corvo e Mártires Ferrão, do lado nascente, a rua Sousa Martins e aqui temos um contraste nas obras do eixo central que a Mártires Ferrão e a Andrade Corvo, do lado poente, foram intervencionadas, em conjunto com a rua Viriato, apenas do lado nascente é que não. E depois também uma, que todos os lisboetas conhecem, a rua de São Pedro de Alcântara e que hoje serve também de via de escape à Avenida da Liberdade e que está muito degradada e representa um perigo não só para condutores especialmente para motociclos, mas também pelo atravessamento de peões nas 2 passadeiras que ali estão.-----

----- Portanto, todas estas intervenções que, para nós, são de prioridade máxima, exigem uma coordenação com a restante circulação viária da cidade, a apresentação de alternativas e a coordenação entre as várias obras a decorrer. É por isso que, nessa medida, apresentamos como Recomendação, hoje, ao plenário, que se recomende à Câmara que seja apresentada a esta Assembleia uma data prevista de início e conclusão das obras de pavimentação previstas no plano Pavimentar Lisboa 2015/2020 e, como disse, são várias artérias que não estão sequer no *site* da Câmara previstas a sua calendarização, nem de início e muito menos de término, a inclusão das ruas Andrade Corvo e Mártires Ferrão, do lado nascente, a Sousa Martins e a rua São Pedro de Alcântara. Que se efetue também levantamento das artérias que apresentam o piso em avançado estado de degradação e que ainda não estão incluídas no plano e, por fim, que estas intervenções sejam alvo de informação pública com especial incidência nos moradores das ruas em apreço, também aos comerciantes e aos serviços envolvente da artéria. Que indique também, nessa informação, os prazos e percursos alternativos, bem como que seja dado conhecimento prévio às Comissões desta Assembleia Municipal em particular a 5ª e 8ª Comissão Permanente.-----

----- Como disse no início, Senhora Presidente aqui terminadas artérias que, pelo seu fluxo de tráfego e pelo perigo que representam, necessitam de uma intervenção imediata, não percebemos que é que há 3 anos atrás não foram incluídas no plano e hoje voltamos a fazer esse reforço.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, a Mesa não regista pedidos de palavra. Pergunto à Câmara se quer usar da palavra? Senhor vice-Presidente.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Dizer, no que toca ao ponto 1 da Recomendação, acho bastante legítima a pretensão do CDS no que diz respeito à prestação de contas da Câmara Municipal de Lisboa relativamente a este programa.-----

----- No que diz respeito à inclusão nas ruas, eu acho que, com bom senso de avaliação posterior quanto à efetiva inclusão nas ruas, porque percebo que, não sei que avaliação técnica está por trás desta Recomendação, na altura quando foram definidas as listas de intervenção da Câmara Municipal, existiu uma avaliação técnica, admito, que seja melhor da parte do CDS mas, objetivamente, tem que estar sempre com o bom senso de uma reavaliação posterior. Pode ser uma matéria que seja simples, pode ser uma matéria muito mais complicada, pode ser uma matéria sujeita a saneamento, pode ser simplesmente uma matéria sujeita a pavimentação, portanto, essa matéria tem que ser posteriormente reavaliadas. Mas sim, pelo menos no ponto 1, pode ser dada resposta a este ponto 2 às sugestões que aqui são referidas quanto à sua potencial de inclusão.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, não temos mais pessoas inscritas. Pergunto se pede votação por Pontos? Ninguém pede votação por Pontos.-----

----- Neste caso, vamos pôr à votação a Recomendação 3/143 do CDS-PP.-----

----- Voto da **Recomendação nº 3/143** – ‘Plano Pavimentar Lisboa’ apresentada pelo CDS-PP. A Recomendação nº 3/143 foi **aprovada por maioria**, com os votos contra do 5IND, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP.-----

----- Senhores Deputados, terminadas estas Recomendações propostas pelos partidos da oposição, acaba de dar entrada o Senhor Vereador, em muito boa hora porque vamos exatamente discutir matéria relacionada com os seus pelouros.”-----

----- **PONTO 5 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 118/CM/2017 - EXECUÇÃO DO “ACORDO ENTRE ACCIONISTAS” CELEBRADO COM A ASSIMO SGPS, S.A., E A COMISSÃO LIQUIDATÁRIA DA EPUL – EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER DA 1.ª COMISSÃO PERMANENTE; RECOMENDAÇÃO 2/143 (1.ª CP) SOBRE A PROPOSTA 118/CM/2017**-----

----- (A Proposta nº 118/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 118/CM/2017** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante). -----

----- (A **Recomendação nº 2/143** relativa à **Proposta 118/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “E portanto, temos agora em apreciação a Proposta nº 118/CM/2017 que tem a ver com a execução do acordo entre acionistas celebrado entre a ASSIMO SGPS, S.A. e a Comissão liquidatária da EPUL. -----

----- Pergunto à Câmara se quer fazer uma apresentação da Proposta. É a Proposta 118/CM/2017. Não vejo aqui reação, espero que o Senhor Vereador retire a Proposta da pasta para clarificar. Tem a palavra o Senhor Vereador Manuel Salgado.”-

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, muito boa tarde aos Senhores Deputados, Mesa e todos os presentes. -----

----- Esta Proposta visa resolver um diferendo que se arrasta há vários anos, envolvendo a EPUL, a sociedade Jardins Expo da qual fazia parte, também, uma empresa de construção A. Silva & Silva. Esta sociedade, portanto, a ASSIMO, era detentora, juntamente com a EPUL, portanto, a ASSIMO tinha 55% do capital e a EPUL 45% do capital e eram detentoras de um lote de terreno naquela intervenção urbanística que foi feita nas Olaias, lote de terreno este que era implantado sobre a antiga Calçada da Picheleira. -----

----- Já no tempo do Presidente Carmona Rodrigues, houve contestação nesse local, uma vez que essa construção ia interromper um caminho que há muito que existia e que a população reivindicava que se mantivesse. -----

----- Quando o Doutor António Costa tomou posse, em 2007, pouco depois de ter tomado posse, esta questão foi de novo levantada e a Câmara decidiu que, efetivamente, se mantinha o leito da antiga calçada e, portanto, que não era permitida a construção do lote que estava previsto. Isto deu origem a uma ação que foi colocada à EPUL. -----

----- No fundo, a Proposta atual visa exatamente resolver este litígio através, por um lado, da avaliação de um terreno, aliás, de um edifício, que é cedido pelo Município, de uma compensação de uma verba que o Município tinha antecipado e, com isto, fechar as contas relativamente a esta sociedade e permitir que o lote de terreno fique na posse da Câmara, sendo que a posição que a Câmara sempre defendeu é que, não obstante o loteamento prever a edificabilidade nesta calçada, a intenção do município é que não seja feita nenhuma construção naquele local, mas sim, um Jardim envolvendo o percurso pedonal que hoje existe. -----

----- Em suma, este é o conteúdo e o objetivo da presente proposta. Muito obrigado.” --

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- Muito obrigada Senhor Vereador. Esta Proposta foi alvo de um Parecer da 1ª Comissão Permanente, o relator é o Senhor Deputado Hugo Lobo que vai usar da palavra. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Lobo (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- A Proposta mereceu, efetivamente, um parecer da 1ª Comissão, parecer esse que, no fundo, plasma a necessidade de acomodar, por parte do Município, a disposição legal contida na Lei 50/2012 de 31 de Agosto, que restringiu a possibilidade de manutenção de participações municipais em empresas de cariz comercial, portanto, a Proposta visa, por um lado, conformar o Município face a esta nova realidade legal e, também, resolver, como já referiu o Senhor Vereador, situações, designadamente, no âmbito das relações com a Jardins Expo, nomeadamente, o conflito judicial relativamente ao condomínio lote RTB 5.2, sito na rotunda das Olaias, o conflito entre a J. Expo e o Município, tendo por objeto o referido lote RTB 6.1 e a extinção e devolução de uma garantia bancária de cerca 650 mil euros que a J. Expo entregou Município em Março de 2006.-----

----- O parecer descreve de uma forma, creio eu, bastante pormenorizada o conjunto, enfim, de avaliações que foram feitas, da necessidade, de facto, de acautelar aqui os interesses de ambas as partes e conclui que, de facto, se tratou aqui de uma operação favorável para o Município. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A Mesa não tem pedidos de palavra sobre esta matéria, pelo que vamos pôr à vossa consideração a Proposta 118/CM/2017.-----

----- **Voto da Proposta nº 118/CM/2017** – ‘acordo entre acionistas celebrado com a ASSIMO SGPS, S.A., e a comissão liquidatária da EPUL’. A Proposta 118/CM/2017 foi **aprovada por maioria** com os votos contra do PSD, PCP, BE, PEV e PAN, abstenções do CDS-PP e MPT, votos a favor do PS, PNP e 5IND.-----

----- Vamos pôr agora a vossa consideração conceção a Recomendação 2/143 apresentada pela 1ª Comissão no sentido de ‘recomendar à Câmara que o lote de terreno sito no Largo Honório Barreto fique em domínio público municipal, atendendo ao histórico deste lote que atualmente é um espaço verde’.-----

----- Vamos pôr à votação esta Recomendação.-----

----- **Voto da Recomendação nº 2/143** relativa à Proposta 118/CM/2017. A Recomendação nº 2/143 foi **aprovada por maioria**, votos contra do PSD, abstenções do CDS-PP, MPT e PAN, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNP e 5IND.” -----

----- **PONTO 6 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 200/CM/2017 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 153,00M2, SITA NA DESIGNADA AZINHAGA DO MONTURO, NOS TERMOS DA**

PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER DA 1.ª COMISSÃO PERMANENTE-----

----- (A **Proposta nº 200/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 200/CM/2017** fica anexado à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- Vamos agora passar para o Ponto 6 da Ordem de Trabalhos, trata-se, de uma desafetação do domínio público para o domínio privado do Município.-----

----- Pergunto à quer apresentar esta Proposta? Dispensa apresentação.-----

----- Tem um Parecer da 1ª Comissão da Senhora Deputada Ana Páscoa, que eu não vejo aqui. Há pedidos de palavra, já vamos ver quem se quer inscrever. Pergunto se alguém da 1ª Comissão quer apresentar o Parecer? Senhora Presidente da 1ª Comissão? Não faz menção disso, portanto, ele foi distribuído, toda a gente o conhece.-----

----- Vamos dar a palavra a quem a pedir para falar sobre esta matéria. Estava a ver um pedido de palavra, será que o PEV estava a pedir a palavra sobre esta matéria? Se faz favor, tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes.-----

----- O Senhor Deputado Sobreda Antunes não é agora? Não é esta? É no Ponto seguinte. Muito bem.-----

----- Nesse caso, não temos ninguém escrito para falar sobre a Proposta 200/CM/2017. Podemos passar à votação.-----

----- **Voto da Proposta nº 200/CM/2017** – ‘Desafetação do domínio público para o domínio privado do município da parcela de terreno sito na designada Azinhaga do Monturo’. A Proposta 200/CM/2017 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 5IND.’-----

PONTO 7 - APRECIACÃO DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 258/2017 DA COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, RELATIVA À AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO E AO LANÇAMENTO DE UMA HASTA PÚBLICA PARA A ALIENAÇÃO DE ATIVOS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 25.º, N.º 1, ALÍNEAS Q) E I), DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER DA 1.ª COMISSÃO PERMANENTE-----

----- (A **Proposta nº 258/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 258/CM/2017** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos passar, agora sim temos muitas inscrições, ao Ponto 7 da Ordem de Trabalhos, trata-se da Proposta 258/CM/2017, que trata de uma afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno e ao lançamento de uma hasta pública para a alienação de ativos municipais.-----

----- Pergunto ao Senhor Vereador, Senhor Vereador Manuel Salgado quer apresentar a resposta? Faça favor.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Penso que a Proposta é suficientemente clara, eu apenas lhe queria referir o seguinte.-----

----- O Regulamento de Património esteve em consulta pública e a consulta pública terminou no dia 23 de Março. Foram recebidos variadíssimos contributos de várias forças políticas, inclusivamente, foram recebidos contributos já fora do prazo, mas que foram na mesma tidos em consideração e ponderados. Neste momento, está concluído o relatório de ponderação e está, portanto, agendado para a reunião do dia 22 de Junho, a apreciação em Câmara da versão final do Regulamento do Património para ser enviado a esta Assembleia Municipal. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- Essa questão é relevante, uma vez que este problema tem sido suscitado inúmeras vezes pela Assembleia Municipal e, portanto, ficamos a saber que iremos ter, em princípio, no final de Junho, o Regulamento Municipal do Património para apreciar aqui na Assembleia Municipal.-----

----- Vamos então dar a palavra a quem, primeiro que tudo, á Senhora Relatora desta Proposta que é a Senhor Deputada Irene Lopes, quer usar da palavra? Prefere usar da palavra só no debate? Prescinde da apresentação do Parecer? Nesse caso, o Senhor Primeiro Secretário vai dar a palavra por ordem de inscrição aos Senhores Deputados inscritos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vale Rocha (PSD)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos. Relativamente a esta Proposta e por manifesta falta de tempo, eu não me vou deter na questão do Regulamento que é sobejamente conhecida todos e, nomeadamente, das pretensões que o PSD tem feito relativamente a este Regulamento do Património e, portanto, nem sequer hoje vou falar da questão grave que é apresentar uma hasta pública de terrenos municipais e de frações autónomas, com um valor base de 14 milhões de euros, quando ainda nem sequer existe um Regulamento. Se bem que nós tendemos a pensar que a existência de um Regulamento não vai mudar este estado de coisas, até porque daquilo que nos foi dado ver, não há lá nada que o proíba e, portanto, a sangria dos ativos municipais há de continuar.-----

----- Aquilo que me causou perplexidade em relação a esta hasta pública até é uma situação diferente para a qual eu vos chamo a melhor atenção porque é uma questão democrática. É a questão da relação entre os média e a política. Isto porque a relação entre os média e a política, eu diria que, neste momento, é dos assuntos mais importantes para a saúde democrática e nós não nos podemos distrair, como acontece tantas vezes, só falar do *Trump*, esquecemo-nos daquilo que passa dentro de portas.-----

----- Eu própria, como é sabido, colaboro com jornais e revistas e este tema dos média e da política é talvez um dos temas de que mais gosto na ação política e aquele que mais me motiva. E o que se passou no dia 28/5, há pouco mais de 8 dias, foi que um dos semanários portugueses de referência, fez título em 1ª página, e a mim convocame porque eu compro jornais todos os dias, com uma notícia que dizia, em 1ª página e depois dentro do jornal, que dizia assim: ‘Medina mudou de política para as casas que tem na cidade, vender menos e arrendar mais’. Ora com os Senhores sabem eu estou aqui na Assembleia Municipal, escrevo sobre estes temas, penso sobre estes temas julgo conhecer alguns, senão todos, destes temas, posso discordar de algumas forças políticas aqui presentes, mas julgo saber o que se passa. -----

----- E quando li: ‘Medina mudou de política para as casas que tem na cidade’, comecei a pensar neste tema. Uma coisa é um jornal dizer que Medina anuncia ou tem intenção, outra coisa bem diferente é dizer que mudou de política. -----

----- Aquilo que eu aprendi no curso de Direito em Coimbra, e o que tenho aprendido na ação política é, quando se diz que alguém muda de política isto tem de estar consubstanciado em Leis, em Propostas, em ações concretas. Por conseguinte, quando se diz assim: ‘Medina mudou de política’, eu telefonei e avisei algumas pessoas com quais me relaciono, a dizer: a partir de agora, não vai aparecer na Assembleia Municipal de Lisboa mais nenhuma hasta pública, porque isto é totalmente incongruente porque, se mudou, significa que não vai haver mais vendas, porque aquele que vinha na notícia era que ‘a Câmara Municipal foi acumulando (e estou a ler) uma vasta carteira de imobiliário ao longo dos anos, tal e tal, há edifícios inteiros e bares etc., etc. essa variedade faz com que a gestão de fogos que a Câmara possui disperso pela cidade seja mais complexa e mais onerosa do que a gestão dos bairros municipais’. E acabava a dizer que a Vereadora Paula Marques, que não está cá hoje, não garante que a CML não volte a alienar casas, mas assegura que, quando a Câmara tenha um edifício etc., etc. -----

----- Ora, esta notícia é de 28/8 e oito dias depois estamos a analisar uma hasta pública, uma hasta pública de alienação, com valor base de 14 milhões de euros. -----

----- Portanto, das duas uma, ou o Presidente Fernando Medina mentiu, com quantos dentes tem, ao Expresso, mentiu, ou mentiu ao Expresso, enganou os leitores. Porque vamos lá ver, quando se diz ‘Medina não mudou’, mas mudou de política onde? Quando? Como? E sob que forma? É incompatível jornais titularem mudanças políticas e 8 dias depois sujeitarem alienações públicas em hastas públicas. Ou mudou ou não mudou. E se não mudou e se anunciou, um jornal que se dê ao respeito numa democracia saudável, diz assim, ‘Fernando Medina anuncia que vai mudar’ e as pessoas dão o devido desconto. Mudou é outra conversa, e se mudou não podemos

estar aqui, hoje, a avaliar mais uma alienação, mais uma das variadíssimas que temos feito. Não há nenhuma mudança de política e não podemos andar todos entretidos a falar da falta de democracia e das *fake news* noutros países, quando temos disto em Portugal, a 3 meses das eleições. Não mudou coisíssima nenhuma. Ou se mudou, hoje não entrou aqui esta Proposta que acabou de entrar. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Deputada. Utilizou o tempo CDS-PP que, aliás, acho que era para ser do PAN, mas houve aqui um lapso se o CDS-PP precisar de tempo não há problema, tê-lo-á. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, caros colegas, Senhores Vereadores.-----

----- Passemos à realidade, deixemos o mundo virtual e, portanto, relativamente a esta Proposta, queria manifestar a congratulação do Partido Socialista pelo Grupo Municipal do Partido Socialista pelo anúncio que foi feito aqui pelo Senhor Vereador, Manuel Salgado. -----

----- Relativamente ao agendamento para 22 deste mês, para a discussão em reunião de Câmara, do Regulamento, portanto, não é do regulamento, é de uma alteração ao Regulamento do Património que data de 1968 e que só agora, neste mandato, foi considerado extremamente urgente. Ao longo dos tempos, foram feitas várias hastas públicas e todas elas tiveram por trás cadernos de encargos bem definidos, com programas de concurso bem definidos, baseando-se no anterior regulamento e em normas que eram introduzidas. Portanto, agora houve necessidade e foi a maioria até que considerou extremamente necessário reformular, então, o Regulamento que existia desde 1968, portanto, há cerca de 50 anos e, portanto, nunca houve essa indignação quando foi a hasta pública da Feira Popular, etc., etc.-----

----- Portanto, relativamente esta que agora aqui está, de notar que foi consultada a Vereadora Paula Marques, acerca dos fogos que iam ser alienados, portanto, isto trata-se de um conjunto de fogos e terrenos não estratégicos, portanto, não são necessários para os fins que o Município pretende prosseguir. A maior parte os fogos que estavam, que estão aqui, todos eles, são fogos dispersos, que existem em edifícios em condomínio, onde a Câmara é sacado a necessidade de pagar tudo aquilo e, portanto, não são necessários para programa, nomeadamente, de arrendamento.... Não é o arrendamento acessível, para esse não é necessário, não têm escala, mas para o outro, como é? Ah, o ‘reabilita primeiro, paga depois’. Para esse não é necessário porque não tinham as condições necessárias para tal. -----

----- Portanto, todos eles foram vistos e são e, portanto, o Município assim está a alienar, também tem comprado. No último mandato o balanço, em termos financeiros, entre alienações e aquisições é de 45 milhões a favor das aquisições, portanto, a

Câmara Municipal, neste mandato, fez aquisições no valor de 45 milhões superiores às alienações que fez.-----

----- Portanto, era isto que queria aqui dizer. E dar os parabéns à Câmara por, finalmente, termos agora já a versão final para discussão de alterações ao Regulamento já tinha 50 anos, obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público presente. -----

----- Temos aqui, uma vez mais, este lançamento desta hasta pública num momento em que ainda não está aprovado o Regulamento Municipal. O Regulamento Municipal, como nós considerámos e houve uma altura em que esse Regulamento era fundamental para que a gente pudesse voltar, agora de uma forma mais concertada e com políticas adequadas. Esse regulamento era importante para nós vermos qual é o património que faz falta e que não faz falta. Por outro lado, todos nós sabemos que existem graves carências habitacionais em Lisboa e esse é um problema muito sério que está reconhecido internacionalmente e, portanto, acho que nós não podemos continuar aqui a argumentar de que nós além de alienarmos também comprámos. Muito bem, então faça-se políticas de habitação, de urbanização da cidade que é tão necessária e é isso que me parece que devia de haver. -----

----- Ora aquilo que, novamente, a Câmara vem aqui e mesmo anunciando-se já para o dia 22, o Regulamento, e já devia estar há muito tempo, porque foi posto no dia, em novembro do ano passado, foi posto em discussão pública, o Regulamento. Foi apresentado depois pelos diversos partidos, as suas contribuições e outros agentes que contribuíram para a alteração, ou não, do Regulamento, conforme a Câmara irá decidir e isso é uma questão que era fundamental para que, depois nós, não continuarmos aqui a assistir a, por um lado, a esta alienação entre o que é estratégico e o que não é estratégico, entre aquilo que é fundamental para a Câmara é o problema do mercado, num contexto de mercado que, neste momento, é mais favorável, claro! A especulação que está aí em Lisboa face às políticas que estão aí colocadas, também em relação à urbanização e à reabilitação e, também, à venda de património. -----

----- São umas políticas que estão favoráveis, neste momento, a especulação imobiliária na nossa cidade e é isto que aqui nos propõe a Câmara Municipal de Lisboa. E a pergunta é: quem fiscaliza as Câmaras Municipais que a Deputada Helena Roseta colocou, e muito bem no seu artigo, é quem fiscaliza? Quem coloca efetivamente os poderes que nos estão atribuídos, quem efetivamente fiscaliza as Câmaras Municipais? Porque esta, quando faz falta aos lisboetas, cada vez mais, uma urbanização, um planeamento de cidade como deve ser, não! Aquilo que nos é proposto é esta hasta pública, uma vez mais, esta hasta pública, que é uma situação inadmissível perante uma pressão que existe em relação aos lisboetas para terem o direito à habitação.-----

----- Ouvimos aqui. Estas pessoas que vieram há pouco. Eu vou terminar. Aqui há pouco que são todas as sessões que nós temos aqui na Assembleia, as pessoas vêm cá

reclamar por o direito à habitação e aquilo que a gente vê é a Câmara a alienar a não cumprir aquilo que devia cumprir em termos das suas obrigações para com os Lisboetas. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa não regista mais inscrições. Certamente, a Câmara quererá depois esclarecer no fim, mas temos primeiro o Senhor Deputado Sobreira Antunes do PEV.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, muito boa tarde a todos.-----

----- Sobre esta Proposta nº 258/2017, relativa ao lançamento de uma hasta pública para a alienação de ativos municipais e a afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno, ‘Os Verdes’ consideram o seguinte:-----

----- Em 1º lugar, o PEV não concorda que estejam a ser alienados ativos municipais sem que tenha sido aprovado o Regulamento do Património Imobiliário Municipal, tal como previam as Recomendações nºs 1/83 e 4/82 desta Assembleia, que requeriam que a Câmara procedesse à ‘atualização e reformulação do Regulamento de Património, datado de 1968, de forma a adequá-lo ao atual contexto económico, social, jurídico, metodológico e político’.-----

----- Em 2º lugar, ‘Os Verdes’ acham preocupante que a Câmara prossiga uma política de alienação do património municipal, visando apenas a sua rentabilização por meio da captação de novos promotores imobiliários, com o objetivo de apenas angariar receitas extraordinárias para o saneamento financeiro do Município. O PEV não concorda com a venda de fogos e terrenos ‘urbanizáveis’ tendo por base meras opções casuísticas, como afirma o executivo no considerando nº 4, dizendo apostar ‘no atual contexto de mercado’ para a ‘rentabilização e promoção dos ativos imobiliários municipais’, apelando ao reforço do papel dos investidores, numa mera ótica de ‘criação de novos negócios’.-----

----- Em 3º lugar, considerando as alienações de património municipal desde 2008 até 2017, ou seja, durante os últimos dez anos em que o PS tem governado a cidade de Lisboa, constatamos que a última revisão do PDM apenas veio dar maior profundidade a novas iniciativas de especulação imobiliária.-----

----- Em 4º lugar, o PEV entende que estamos perante ativos estratégicos para o desenvolvimento urbano e local, uma vez que estamos a falar de fogos e terrenos cujos usos, podendo ser o da habitação, certamente poderiam contribuir para colmatar as necessidades de casas a preço acessível ou de habitação social.-----

----- Em 5º lugar, vem ao de cima a falácia do PS em relação à extinção da EPUL, com o argumento do seu objeto social, para a qual fora criada, estar esgotado, quando esta empresa poderia ter continuado a promover políticas públicas de habitação municipal, nomeadamente, a execução de programas de construção e de reabilitação urbana na cidade.-----

----- Em suma, este processo representa novas alienações de património público, sem que tenha ainda sido apresentado o Regulamento do Património Imobiliário Municipal, nem apostando o executivo em políticas públicas de habitação municipal que permitam satisfazer as necessidades habitacionais da população com baixos rendimentos, cujos aflitivos apelos muitas vezes aqui ouvimos nos PAOD desta Casa da Cidadania. -----

----- Fica assim mais uma vez comprovado que os interesses financeiros do executivo, a par do apoio a negócios especulativas, se sobrepõem às necessidades diárias imediatas dos munícipes, prioridade que ‘Os Verdes’ não poderiam deixar de contestar. Obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhor Deputado. Não há os mais inscritos. Tem a palavra Senhor Vereador Manuel Salgado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Eu vou voltar ao princípio da minha intervenção e pergunto se, de facto, é muito tempo para fazer o relatório de ponderação de múltiplas Propostas, um mês? Porque foi, de facto, isso que se passou.-----

----- A consulta pública foi prolongada até 23 de Março por acordo e sugestão da Senhora Presidente da Assembleia Municipal que lembrou, e bem, que a 1ª parte da consulta pública tinha decorrido durante o período de Natal. Depois disso, recolheram-se todas as críticas e sugestões, que foram muitas, o relatório de ponderação foi concluído e está, neste momento, agendado para 22 de Junho. Se consideram que isto é um tempo excessivo, eu não considero e, portanto, todas as avaliações que são feitas nesse sentido, considero que são erradas.-----

----- Segunda questão quanto a esta hasta pública. Bom, 1º já foi aqui referido, pela Senhora, aqui nesta Assembleia, hoje mesmo, que aquilo, portanto, o conjunto do património que o Município tem adquirido nos últimos anos, ultrapassa largamente, o património que foi alienado. E isto não pode ser ignorado, de facto, Nós temos vindo a aumentar o património imobiliário do município. -----

----- A segunda questão que queria referir, tem a ver com as declarações da Vereadora Paula Marques e não do Presidente Medina. Aquilo que foi dito pela Vereadora Paula Marques é que passaremos a alienar as frações habitacionais, ou melhor, a não alienar frações habitacionais, mas destiná-las a arrendamento. E, nesse sentido, foi aprovado na reunião de 4 de Maio, na Câmara Municipal, o arrendamento de 27 fogos em hasta pública e esta decisão foi tomada muito recentemente. -----

----- Por outro lado, nesta hasta pública que hoje está a ser submetida a aprovação desta Assembleia, está prevista a alienação dos 2 fogos, 2 fogos, um no Martim Moniz que já tinha sido colocado em hasta pública anteriormente e outro na rua Bento Jesus Caraça que também já tinha sido colocado em hasta pública. Tudo o resto são terrenos, são 7 terrenos. Provavelmente, os Senhores Deputados não repararam que,

por exemplo, nesses 7 terrenos estão 2 moradias de luxo na Quinta dos Alcoutins que, obviamente, não faz nenhum sentido ser a Câmara Municipal a promove-las ou a construí-las e está previsto um terreno que, só por si, tem um valor muito elevado, que é um terreno junto ao Parque das Nações e destinado a serviços e não a habitação. -----

----- Portanto, eu penso que está perfeitamente claro aquilo que é a estratégia que o Município tem seguido, está perfeitamente conforme com o Regulamento de Património, as alterações do Regulamento de Património que foram introduzidas, foram discutidas nesta Assembleia Municipal, foram discutidas na Câmara Municipal e não há aqui nada que contrarie tanto a letra como o espírito do projeto de Regulamento de Património que está neste momento em vias de ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal. Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados, estamos em condições para à votação a parte deliberativa da Proposta e 258/CM/2017. Relativa à ‘afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno e ao lançamento de uma hasta pública para a alienação de ativos municipais’. Eu tenho que dizer assim tudo por escrito, enfim, tudo dito, por extenso, porque a Proposta 258/CM/2017 não segrega as partes deliberativas do que é a competência da Câmara, o que é competência da Assembleia com um número próprio. Portanto, tem que se perceber exatamente qual é a parte deliberativa da Proposta que nós estamos a considerar é que é da competência da Assembleia Municipal e vamos pôr esta parte deliberativa da Proposta à vossa consideração.-----

----- **Voto da Proposta nº 258/CM/2017** – ‘Afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno e ao lançamento de uma hasta pública para a alienação de ativos municipais’. A Proposta 258/CM/2017 foi **aprovada por maioria** com os votos contra do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e PAN não há abstenções, votos a favor do PS, PNP e 5IND.-----

----- Não há nenhuma Recomendação, portanto, terminámos este Ponto da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

----- **PONTO 8 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 277/2017 - CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A JUNTA DE FREGUESIA DOS OLIVAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º E NOS ARTIGOS 116.º E SEGUINTE, TODOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS; PARECER DA 1.ª E 5.ª COMISSÕES PERMANENTES; RECOMENDAÇÃO 1/144 (1.ª E 5.ª CP) SOBRE A PROPOSTA 277/CM/2017** -----

----- (A Proposta nº 277/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XII e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes relativa à Proposta 277/CM/2017 fica anexado à presente Ata, como Anexo XIII e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 1/144** relativa à **Proposta 277/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos passar a resposta se 277/CM/2017, é um contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia dos Olivais. -----

----- Portanto, tem um Parecer. -----

----- Pergunto à Câmara se quer apresentar? Não vejo nenhum sinal nesse sentido. -----

----- Há um Parecer dos Senhores relatores Magalhães Pereira e Sofia Oliveira Dias, pergunto se querem apresentar o vosso Parecer? Dispensam a apresentação do Parecer. -----

----- Pergunto se temos Senhores Deputados inscritos? Também não temos. -----

----- Então, neste caso, vamos pôr à vossa consideração, o número 8 da nossa Ordem de Trabalhos após 277/CM/2017. -----

----- **Voto da Proposta nº 277/CM/2017** – ‘contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia dos Olivais’. A Proposta 277/CM/2017 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 5IND. -----

----- Temos agora à vossa consideração a Recomendação 1/144 que resulta do parecer da 1ª e da 5ª Comissões e que foi distribuído. -----

----- **Voto da Recomendação nº 1/144** relativa à Proposta 277/CM/2017. A Recomendação nº 1/144 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. -----

----- Vamos passar ao último Ponto da nossa Ordem de Trabalhos.” -----

----- **PONTO 9 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 287/2017 – SEGUNDA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO À SUPERFÍCIE DE PASSAGEIROS DA CARRIS – COMPANHIA DE CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A, NOS TERMOS DA PROPOSTA, POR FORÇA DO DISPOSTO NO DECRETO-LEI N.º 86-D/2016, DE 30 DE DEZEMBRO E NOS TERMOS DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO N.º 3 DO ARTIGO 32.º E DO N.º 1 E 5 DO ARTIGO 47.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, N.º 1 DO ARTIGO 62.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, APLICÁVEL POR FORÇA DO ARTIGO 4.º DO MESMO DIPLOMA, BEM COMO DOS ARTIGOS 65.º E 66.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS, DO ARTIGO 23.º E DAS ALÍNEAS A) E B) DO ARTIGO 25.º DOS ESTATUTOS DA CARRIS; 2 X GRELHA-BASE – 34 MINUTOS. PARECER DA 1.ª E 8.ª COMISSÕES PERMANENTES** -----

----- (A **Proposta nº 287/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 1ª e 8ª Comissões Permanentes** relativa à **Proposta 287/CM/2017** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Há uma gralha na Ordem de Trabalhos, diz 2 vezes a grelha-base de 34 minutos, naturalmente são 78 minutos para utilizar, cada um, 6 minutos. Se assim o entenderem.-----

----- E vamos agora passar a resposta a 287/CM/2017. Pergunto à Câmara se quer apresentar a Proposta? É a alteração de concessão de serviço público da Carris. É o Senhor Vereador João Paulo Saraiva.-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez boa tarde a todos.-----

----- A Proposta que aqui vos apresentamos é, como a Senhora Presidente da Assembleia referiu, a 2ª alteração ao contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros, que decorre do facto de o Município, como todos sabemos, e me alongar demasiado, porque este assunto já está bastante trabalhado aqui nesta Câmara, mas que decorre, do facto de o Município de Lisboa de ter hoje a possibilidade, há muito almejada, de gerir o transporte público e gerir a mobilidade da cidade de forma integrada.-----

----- Portanto, um dos instrumentos, o instrumento principal, que regula a relação entre o Município e a autoridade de transportes, pela 1ª vez na sua história, desde o 25 de Abril, a autoridade de transportes e a Carris, concessionária do serviço de transporte na cidade de Lisboa, é regulada por este instrumento, que é um instrumento que tem que estar alinhado e enquadrado com o regulamento europeu e com o regulamento nacional, que regula a matéria do transporte público e, evidentemente, alinhada com aquilo que foi o Decreto-Lei 86 D de 2016 que define os exatos termos em que a Carris passa para a esfera municipal e, evidentemente, também ajustada àquilo que não está excepcionado por esse mesmo Decreto-Lei, a Lei 50 que regula as relações entre o Município e o setor empresarial local.-----

----- Portanto, este contrato tem e reflete essa mesma relação, eu atrevia-me a saltar diretamente para aquilo que são os pontos em que houve alterações substanciais relativamente àquilo que era a versão anterior deste mesmo contrato.-----

----- Por um lado, foram modificados os considerandos por forma a refletir as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 86 D, designadamente a eliminação do Estado da posição de concedente e substituído pelo Município de Lisboa. A introdução da noção de obrigação de serviço público da Carris, que são aquelas, as obrigações de serviço público, que são aqueles que o município estabelece para serviço público de transporte de passageiros, a executar pela Carris. E eu recordo aqui que na versão anterior do contrato, aquela que permitia a privatização do serviço público, o Governo anterior não tinha, tinha aqui colocado uma situação insustentável para o Município de Lisboa, porque não obrigava a que o serviço público fosse crescente nem que houvesse alguma compensação de serviço público, os privados

iriam gerir, como em bom português se poderá dizer, a ‘carninha’ daquilo que seria o serviço público, o *filet mignon* e, deixando aquilo que era verdadeiro serviço público, importantíssimo e fundamental para a coesão social de uma área urbana, de fora de qualquer das cláusulas deste contrato e, portanto, ficaríamos com uma Carris ao serviço daquilo que lhe daria lucro e não daquilo que a serve a coesão e a mobilidade de todos, na cidade de Lisboa. -----

----- Outra alteração, previsão da revisão obrigatória e anual das obrigações de serviço público a par da possibilidade da sua adequação às circunstâncias, por instrução do Município. Obviamente, todas as instruções que o Município der à Carris, elas terão que encontrar acomodação ou naquilo que é a gestão da receita e da despesa associadas esses mesmo as instruções ou naquilo que são as compensações pelo serviço público e, portanto, o Município está aqui muitíssimo coresponsabilizado em tudo o que é a atividade desta empresa, fundamental para a sua política de mobilidade. -----

----- O cálculo do valor anual das obrigações de serviço público com base nos custos e receitas reais de cada ano, o que eu acabei de referir agora, mas em termos gerais.-----

----- A consagração do pagamento das obrigações de serviço público pelo Município à Carris, em 2 pagamentos por conta e um pagamento de reconciliação, no início do ano seguinte. -----

----- A consagração do pagamento pelo Município à Carris dos descontos comerciais e dos destinados aos, por motivos sociais, incluindo os de obrigações de serviço público. -----

----- A obrigação de a Carris respeitar designadamente quanto ao material circulante os padrões ambientais definidos pelo Município. -----

----- O tarifário definido anualmente pelo Município sem aumentos automáticos de acordo com a inflação. É o Município que define, em cada ano, qual é o tarifário que a Carris vai praticar. -----

----- A fixação do indicador de qualidade mínima de oferta em 85% dos veículos por quilómetro. -----

----- A eliminação da confidencialidade das partes do contrato de concessão. -----

----- Antes de terminar, queria aqui dar-vos conta, não tem a ver exatamente com contrato diretamente, mas tem a ver com a perspetiva que me parece importante que esta Assembleia venha a ter sobre este processo, que é irmos dando conta da sua evolução. Aprox-me hoje aqui registar que, na próxima quinta-feira, será publicado, no jornal oficial das Comunidades, um concurso público internacional, para adquirir 165 autocarros, 17 dos quais elétricos, que significará um investimento da Carris em material circulante de 51,4 milhões de euros. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado José Leitão também é o Relator do Parecer, mas prescindiu de apresentar o Parecer e vai falar em nome da bancada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, cidadãos e cidadãs.-----

----- Só a intervenção concertada entre o Município responsável pelo planeamento e gestão do território e os principais operadores de transportes, Carris e metros, entre outros, poderá contribuir para a redução da necessidade de transporte individual e contribuir para um modelo de mobilidade sustentável. -----

----- Neste contexto, é fundamental a integração das políticas de mobilidade no processo de gestão do território, envolvendo não só os diversos operadores, mas também os diversos Municípios da área Metropolitana. -----

----- Há muito que é reclamado reconhecimento do papel dos Municípios no planeamento e organização do sistema de mobilidade, dentro da área geográfica da sua competência, pois só estes dispõem de atribuições e competências para decidir em matéria de autorização de ocupação do espaço público, nomeadamente, para a colocação de paragens, abrigos e outro mobiliário, bem como em matéria de realização de obras na via pública. -----

----- A Proposta de alteração ao contrato concessão de serviço público da Carris, torna-se necessária por forma a refletir não só o novo enquadramento normativo, mas também a clarificação da futura relação do Município enquanto autoridade de transporte e concedente com a Carris, sendo a conclusão de um longo processo de transferência para a esfera municipal, cumulativamente com a gestão do tráfico e do espaço público, permitirá encarar o desafio da mobilidade de uma forma global e integrada ambição há muito manifestada. -----

----- A introdução, no contrato concessão, da noção de serviço público da Carris que são, por definição, as obrigações que o Município estabelece para o serviço público de transporte de passageiros a executar pela Carris, maioritariamente no território do Município, bem como a clarificação da forma de cálculo das mesmas, que incluem ainda os descontos comerciais, os descontos determinados por motivos sociais, asseguram de forma definitiva e transparente as condições necessárias e obrigatórias à sustentabilidade financeira da empresa a que esta, recorde-se, também está obrigada por imperativo legal decorrente de integrar as esfera municipal empresarial. -----

----- Como ponto relevante desta alteração ao contrato de concessão quero ainda destacar a obrigação de a Carris respeitar, no que diz respeito à aquisição de material circulante, os padrões ambientais definidos pelo Município, aspeto devidamente sublinhado pelo Município. Este aspeto relevo encontra desde já cabimento no início da renovação da frota de autocarros constante do plano de investimentos apresentado com 250 novos autocarros até 2019, 105 dos quais a gás natural e 15 novos autocarros totalmente elétricos. -----

----- A fixação do indicador de qualidade mínima de oferta assegura igualmente o cumprimento da missão da Carris, enquanto operador interno do Município ao serviço dos cidadãos. Refira-se ainda que o tarifário será definido anualmente pelo Município, eliminando-se os aumentos automáticos de acordo com a inflação, fator também fundamental na gestão das opções de mobilidade do Município.-----

----- Com a reconfiguração do contrato de concessão do serviço público de transporte coletivo à superfície de passageiros da Carris, verifica-se estarem, finalmente, asseguradas as condições essenciais para a prestação de um serviço público de transportes na cidade de Lisboa, tendo como objetivos fundamentais a sustentabilidade, a universalidade do acesso e a desejável coesão económica, social e territorial, fatores fundamentais no esforço de promoção de políticas de mobilidade e de sustentabilidade ambiental que têm vindo a ser prosseguidas pelo Município. -----

----- Para tal contribuiu a nova visão estratégica do Município adotada, necessariamente pela Carris, que passa por potenciar uma política de mobilidade verdadeiramente integrada territorialmente em termos de oferta de transportes, da ocupação do espaço público, das políticas de estacionamento e policiamento e por dotar a cidade de um sistema de transportes públicos mais acessível, mais fiável, mais confortável e mais sustentável e desta forma promover a existência de mais passageiros no transporte público, garantindo uma transferência modal, do transporte individual para o transporte público. -----

----- Saudamos, por isso, a tenacidade e a capacidade deste executivo, pelo longo e complexo trabalho efetuado tendo em vista a recuperação da Carris para a esfera municipal. Trabalho esse que hoje tem um desfecho importante, após décadas de endividamento acumulado, para fazer face ao défice de pagamento pelo Estado, as obrigações de serviço público e permite à empresa ter, nesta nova fase da sua vida, as condições adequadas para a prestação de um verdadeiro serviço público de transporte, enquanto direito fundamental do exercício da cidadania. É esse o direito fundamental que hoje está aqui em discussão. Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhora Secretária, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Relativamente a esta proposta Os Verdes querem começar por deixar duas notas prévias: a primeira é que consideramos urgente inverter o caminho de degradação que tem afetado a Carris ao longo dos últimos anos e a segunda nota é apenas para lembrar, mais uma vez, e como se sabe, que discordamos do modelo de gestão escolhido para a Carris. -----

----- E neste momento, tanto com esta proposta de alteração ao contrato de concessão que agora apreciamos, como com a proposta de alteração aos estatutos que foi discutida há duas semanas, mantemos e até reforçamos as nossas reservas e preocupações. -----

----- Obviamente que, mesmo não concordando com a municipalização da Carris, concordamos com algumas medidas como a contratação de mais trabalhadores, o aumento da oferta, a redução de preços e as preocupações ambientais. Todas elas possíveis mesmo sem a transferência da Carris para a Câmara. -----

----- Mas passando do plano das intenções e dos anúncios, para o plano da concretização, vemos que muito do que foi anunciado, para já, não passa disso mesmo. -----

----- Por exemplo, a nível da frota, pouco vai acontecer durante este ano. Só em 2018 e 2019 chegarão novos autocarros, que servirão, na prática, para substituir os que precisarão de sair de circulação. Acaba, portanto, por não haver um reforço mas uma substituição da frota. Assim, dificilmente a oferta corresponderá às reais necessidades das populações. Ficamos também sem perceber como se vai implementar a rede de bairros uma vez que não haverá propriamente mais veículos. -----

----- Depois, o número estimado de passageiros para 2019, segundo os documentos que nos foram facultados, é de 147,5 milhões de passageiros, número bastante inferior comparando com o ano de 2011, quando houve mais de 180 milhões de passageiros. Ou seja, daqui a dois anos, os valores serão ainda inferiores a 2013 e 2011. -----

----- Mais uma vez somos obrigados a referir a mobilidade do ponto de vista metropolitano. Como Os Verdes sempre defenderam, e como aliás ficou expresso ao longo dos vários debates que esta Assembleia promoveu, consideramos necessária uma abordagem integrada e metropolitana mas, contrariando esse princípio, a nível da estratégia a desenvolver, esta proposta foca-se exclusivamente na Carris. O serviço da Carris abarca seis municípios, e pode e deve reforçar a sua presença na área metropolitana, mas a Carris é-nos apresentada como a empresa da Câmara Municipal de Lisboa que opera na cidade, e não pode ser. Era importante termos algo sobre a articulação da Carris com outros transportes. E esta foi uma das questões que contestámos desde o início. -----

----- Apesar de o Sr. Presidente ter assegurado, no dia da assinatura do memorando, que os serviços necessários aos municípios vizinhos não deixariam de ser prestados, em articulação com a estratégia metropolitana, em termos práticos, não se vê nada disso. -----

----- A nível de tarifários, além das medidas aplicadas para os utentes residentes em Lisboa maiores de 65 anos e para os menores de 12 anos, com as quais concordamos, era necessário reverter o aumento de preços brutal levado a cabo pelo anterior governo. Mas aí, inexplicavelmente, não houve qualquer alteração. Se é uma medida errada e injusta, gostaríamos de saber se é ou não para reverter e quando. -----

----- Outra questão prende-se com a discriminação desta medida. Por que razão, uma vez que a Carris não opera só na cidade, apenas os residentes em Lisboa têm acesso a esta medida? Por exemplo, um utente de um concelho vizinho que queira vir a Lisboa, já não tem esse desconto, assim como um residente em Lisboa que queira ir a um concelho aqui ao lado, também não tem esse desconto. -----

----- Um outro aspeto a que importa dar atenção é a parte do financiamento. -----

----- Quando a Carris passou para a CML, foi feito o saneamento financeiro, que consistiu em a Administração Central assumir a dívida que criou e bem pois até já deveria ter sido feito. Mas cabe agora à CML garantir as soluções de financiamento e é preciso não se cair novamente no subfinanciamento e em novas dívidas da empresa. -

----- É verdade que a Carris passa a receber a compensação pelo serviço público, valor que já deveria receber e que não recebia, mas isso não chega para fazer face às despesas que a Carris tem pela frente. -----

----- A Câmara anunciou que iria transferir 15 milhões de euros para a Carris em 2017, através do designado Fundo de Mobilidade, dinheiro proveniente das multas da EMEL e do IUC. -----

----- Mas aqui há várias questões: uma é para onde vai atualmente esse dinheiro? Outra, é se deixa de fazer falta, uma vez que vai passar a ser direcionado para a Carris? -----

----- Convém também esclarecer que 15 milhões na Carris não vão dar para fazer nada. Só para a renovação da frota são 60 milhões de euros. E quem vai financiar a Carris? Onde se vai buscar o dinheiro? Tem que se recorrer ao financiamento externo mas, há uns tempos, quem ouvia o Sr. Presidente, parecia que tudo se ia resolver com o Fundo de Mobilidade. -----

----- E perante as respostas que nos são dadas através desta proposta, receamos que a Carris não cresça e continue a degradação deste serviço como até aqui, ou então que se endivide para conseguir fazer alguma coisa. E qualquer uma destas opções nos parece errada e nenhuma destas opções foi apresentada pelo executivo quando fez questão de assumir a gestão da Carris. -----

----- Tememos também que estas opções se traduzam numa fragilidade da empresa e não salvaguardem a situação dos trabalhadores e que sirvam sempre para dizer que nunca é altura para valorizar e aumentar os seus salários, nem dos utentes e que sirva de pretexto para aumentar os tarifários. -----

----- Por fim, todos estes cenários são completamente diferentes do discurso do Senhor Presidente da Câmara quando anunciou a municipalização da Carris, querendo levar a crer que tudo ficaria resolvido com esta transferência. Esqueceu-se foi de dizer que, na prática, vai demorar muitos, muitos anos a implementar todas estas medidas. A Carris passou para a Câmara há quatro meses e as diferenças entre os discursos e a prática já são bem visíveis. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa informa que, para além desta intervenção do Senhor Deputado Modesto Navarro, temos mais 2 Deputados inscritos. E não temos, por enquanto, mais.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente antes começa a contar o tempo. A minha intervenção tem entre 6 a 7 minutos. Portanto, eu sei que...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado pedimos a alguém que ceda tempo se for preciso.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra continuou: -----

----- “De qualquer maneira é uma situação importante, é uma questão importante que nós devemos debater e gostaria, portanto, de dizer isto. -----

----- O caminho da recuperação da Carris, como empresa pública de transportes ao serviço da população está em parte posto em causa pela opção de fundo que foi encontrada relativamente à propriedade e gestão da empresa. -----

----- Entre 2010 e 2015 a Carris, o Metro e a Transtejo viram eliminados 25% da oferta, verificou-se um aumento sem precedentes do preço do transporte público, reduziram-se as tarifas sociais, cancelaram-se investimentos e perderam-se mais de mil postos de trabalho nestas empresas. -----

----- O foco da CML presentemente é apenas na Carris, o que é revelador do que está associada à decisão de fundo de municipalização da empresa em que o sistema integrado em presença se refere apenas a Carris, ao espaço público, ao estacionamento e ao policiamento, ficando de fora, a integração e articulação dos diferentes modos de transporte e das diferentes empresas que os operam. -----

----- Quanto ao plano de investimentos, está claro que só está prevista a aquisição de novas viaturas em 2018. Estão previstos 12 milhões de euros de investimento para 2017 destinando-se essa verba de 3,9 milhões para reparações de autocarros e 1,3 milhões de euros para reparações de elétricos, mantendo-se a oferta da Carris em 2017, mantém-se com recurso a mesma frota atual, ou seja, 600 autocarros. Fica então a dúvida, se a oferta vai estar estagnada como se pode prever a procura superior de 2,9 milhões de passageiros transportados? É uma pergunta. -----

----- Um dos maiores problemas na perspetiva do PCP, que se coloca neste processo, tem a ver com o modelo de financiamento da Carris que se propõe, com toda uma determinação associada ao conceito contrato de concessão e à legislação que o enquadra, provocando assim lógicas e dinâmicas mercantilistas de que o PCP se afasta por delas discordar. -----

----- Apesar dos benefícios anunciados para algumas camadas da população, no que respeita ao preço dos títulos de transporte, está previsto um aumento de 3,5% da receita, superior ao aumento da procura, que se prevê seja de 2%. -----

----- A pergunta que fazemos é: o que se está a pensar quanto à evolução dos preços dos restantes títulos de transporte? Aqueles não abrangidos que não incluem as camadas agora objeto de reduções de preços? Para 2019 o plano prevê uma recuperação da procura que atinge os 147,5 milhões de passageiros, muito abaixo de 183,6 milhões registados em 2011 e até inferiores aos 149,7 milhões de passageiros registados em 2013. -----

----- O discurso é de rutura com a prática dos últimos anos: de mais autocarros, mais carreiras, mais trabalhadores, de reconhecimento de serviço público, de mais efeitos com bonificações tarifários para crianças e 3ª idade, para alguns deles pelo menos, mas no concreto que se verifica é que estamos perante um caminho que não faz supor que assim será com o Presidente da CML a assumir que não será o mesmo conseguido na totalidade durante pelo menos a próxima década. -----

----- Para o PCP está tudo isto muito aquém do que Lisboa e Área Metropolitana de Lisboa precisam em matéria de transporte público. O caminho que se está a seguir é fundamentalmente errado, não trazendo em tempo razoável a satisfação das profundas necessidades das populações. -----

----- A realidade da dívida da situação financeira da Carris carece saneamento e essa realização o PCP saúda com a correção da opção de subfinanciamento pelos governos que empurrou a Carris para o endividamento. O passivo financeiro de 632,3 milhões que existia passou, em 2015, para 0,41 milhões, desaparecendo brutal peso, 20,6 milhões de juros que pesava sobre a empresa.-----

----- Existem, no entanto, preocupações para as quais o PCP chama vivamente a atenção, a saber: fazer-se a comparação entre o antes e o depois da municipalização esquecendo que foi o Estado central que procedeu ao saneamento financeiro da empresa é um erro e uma desonestidade. Assumir agora, sem dívida, que se está no ano zero da Carris, contribuindo-se voluntária ou involuntariamente, para que se volte outra vez a percorrer o caminho de endividamento. São também alertas que o PCP aqui e, desde já, deixa feitos.-----

----- No plano que agora a CML apresenta, fica já clara a necessidade de financiamento externo, 60 milhões para se proceder à substituição dos autocarros em final de vida útil. Admite-se que um terço desta verba seja proveniente do recurso a financiamento da Comunidade Europeia, mas é preciso ver com rigor o que significa isto em termos de recurso ao financiamento externo. -----

----- O PCP considera correta a opção pela colocação orçamento da compensação por prestação de serviço público à Carris, isso representa uma rutura com a conceção neoliberal do anterior Governo. Fica, portanto, a questão do montante dessa compensação, cujo valor previsto é desajustado por insuficiente, na opinião do PCP. O valor que se prevê entrar na Carris é manifestamente insuficiente para o cumprimento da promessa de, no horizonte temporal razoável, se alargar a oferta sem aumentar a dívida da empresa e conseguindo restabelecer níveis de serviço público.----

----- A CML deveria do nosso ponto de vista, reclamar a devida compensação pela utilização do passe social intermodal que, sendo negado às empresas públicas, é recebida pelas empresas privadas.-----

----- O fator trabalho surge neste plano como passível de crítica negativa, não estão previstos quaisquer aumentos salariais e estamos a falar de salários que, hoje, estão ao nível do valor de 2009, parecendo ser a opção a da criação de prémios de desempenho, em vez das devidas atualizações salariais que defendemos. -----

----- Quanto à contração coletiva apresentam-se preocupações que o PCP não pode deixar de manifestar, quer no que respeita aos trabalhadores da Carris, quer das empresas participadas, defendendo o PCP que a negociação coletiva da Carris se estende ao universo das empresas participadas todas elas. -----

----- No que respeita à Carris Bus não é claro se a pretensão e a do recurso à subcontratação externa o que, a ser assim, seria uma opção errada, no nosso entender. -

----- No que respeita aos títulos de transporte, anuncia-se a redução de 60% para os reformados com mais de 65 anos, apenas em relação ao passe designado como 'Navegante Urbano'. Fica a questão de saber se os reformados de Lisboa não circulam para além dos limites do concelho e se, por outro lado, os reformados de fora de Lisboa não circulam para dentro de limites do concelho de Lisboa e quais os motivos

que justificam um inaceitável tratamento sem qualquer respeito ou consideração pelo princípio da igualdade. -----

----- Não é estabelecida, neste plano, a obrigação de se respeitar o tarifário intermodal da região de Lisboa, o que é um erro do Governo, vertido na legislação que produziu sobre esta matéria e que o PCP se empenhará em ver retificado no quadro do respetivo processo de revisão. -----

----- A Rede de Bairros sendo uma boa ideia em período de pré-campanha eleitoral, não pode ser implementada sem se ter em conta a rede como um todo, não fazendo aumentar o número de transbordos e, portanto, da incomodidade e do desconforto dos passageiros. -----

----- O sistema, na opinião do PCP, deve ser pensado e implementado como um todo não só em Lisboa, mas pensando também na Área Metropolitana. -----

----- No que respeita à fiscalização, os elementos introduzidos apenas preveem a ação da EMEL e da Polícia Municipal não se prevendo a intervenção de fiscalização própria da Carris, porquê? Perguntamos. São estas as questões que colocamos para respostas da Câmara Municipal à Assembleia. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, teve tempo cedido pelos independentes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde de novo. -----

----- Um breve apreciação sobre esta 2ª alteração ao contrato de concessão da Carris. -----

----- Em relação a estas alterações ao contrato de concessão que prevê políticas de investimento, políticas de desenho de rede e de políticas tarifárias. Estas medidas, na nossa opinião, ainda ficam aquém daquilo que são os objetivos que vêm sendo definidos pelo Bloco de Esquerda, em relação ao futuro da Carris, seja em extensão e também no problema do desenho de rede, porque isso é fundamental para dar resposta a tantas pessoas que precisam deste transporte e que, ou por intermitência, muitas das vezes, entre horários, ou então a partir de uma determinada hora, normalmente 9 e meia, deixa de haver transportes, e há muita gente que, quer para vir para casa, só tem um táxi e isso tem outros dispêndios. -----

----- Portanto é necessário cuidar de toda esta extensão da rede e do desenho da rede para que nós melhoremos a resposta em relação aos utentes da Carris. -----

----- Por outro lado, em relação ao investimento do material circulante, era importante que o Senhor Vereador, até por a questão da capacidade de endividamento, nós víssemos aqui, pudesse dar outras informações, ou melhores informações, sobre como é que nós vamos, vai-se adquirir este material circulante, em que condições e a quem é que agente vai socorrer em relação, porque sabemos todos nós as finanças como é que elas estão da Carris. -----

----- Portanto, importa aprofundar aqui mais, nós louvamos esta aquisição de material circulante que tão necessária é e, depois, aquela que virá a seguir. Mas é preciso

aprofundar melhor este problema. E também mesmo o problema dos combustíveis que estes veículos têm na rede. -----

----- Por outro lado, em relação à política tarifária, aquilo que nós consideramos é que acrescentando aos descontos dos idosos e também em relação aos jovens, isto está confinado, um pouco, aos residentes em Lisboa. É preciso ver que a Carris opera noutros Municípios e é preciso assegurar a mobilidade dessas pessoas. As questões dos empregados, as questões dos idosos e todas as pessoas que vêm trabalhar para Lisboa. Para que a gente não veja e responda ao problema dos 400 mil carros que vêm todos os dias para Lisboa, agente só consegue estancar, não só, e bem, com o problema dos parques dissuasores mas, também, que tenha melhores transportes públicos. Ora se nós continuarmos assim, não conseguimos responder a um dos problemas maiores: aumentar a oferta em relação a outras pessoas que não sejam de Lisboa, também terem o direito visto que a Carris opera na Área Metropolitana de Lisboa e, portanto, acho que temos que estender a estas pessoas também este direito, no fundo, é o direito à mobilidade, Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras Deputadas e Senhores Deputados e Câmara Municipal e a última intervenção que temos inscrita. Depois será a vez do Senhor Vereador responder.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, colegas Deputados Municipais, imprensa e público em geral. -----

----- Finalmente, vemos chegar ao fim esta alteração profunda, paradigmática até, daquilo que vai ser o transporte do futuro na cidade de Lisboa. -----

----- Finalmente, temos a possibilidade de desenhar políticas para a cidade que façam sentido e que, na nossa opinião, estão não totalmente ainda afinadas no ponto, mas aproximam-se disso, por essa razão, iremos a aprovar esta Proposta que achamos que é, globalmente, positiva para a cidade de Lisboa. -----

----- Eu diria que existem vários aspetos que devem ser considerados. -----

----- Por um lado, o apoio que esta Proposta pretende dar às pessoas. Há aspetos que devem ser incrementados, a questão dos passes sociais, a existência, a criação até, de um navegante intermunicipal, é importante para que os municípios vizinhos possam também usufruir das vantagens que os lisboetas já têm com o seu passe navegante. -----

----- Ainda a criação de novas carreiras. A criação de novas carreiras parece-nos que está condicionada pela transferência que está prevista da compensação de serviço público, que nos parece insuficiente. Basta pensar que, se essa transferência é para o funcionamento atual, perguntamo-nos como é que, do funcionamento atual, passamos para um funcionamento incrementado com novas carreiras, se não aumentamos a compensação existente. -----

----- Portanto, existem vários aspetos que devem ser corrigidos. -----

----- Queria também referir a questão dos autocarros. É extremamente importante, numa altura em que discutimos o plano de adaptações climáticas do país, para a

cidade de Lisboa, onde também teremos que inserir, não no plano de adaptações climáticas, mas um plano de mitigação, que é extremamente importante o papel que a Carris irá desempenhar neste plano. Isto porque nós temos um défice de utilização de energia renovável no setor dos Transportes. Para que possamos atingir as metas que o planeta precisa, é importantíssimo que o setor dos transportes começa a utilizar energia renovável, e a questão dos elétricos, só por si, não resolve o problema. Temos que utilizar mais soluções e uma das soluções que pode e deverá ser utilizada no futuro, e esperemos que a Câmara a venha a considerar, é a utilização de autocarros a hidrogénio, porquê? Porque o hidrogénio é um combustível nacional que pode ser feito a partir da energia renovável das nossas eólicas e, portanto, nós, virtualmente, podemos estar a consumir na nossa cidade uma energia totalmente limpa, cujo subproduto, pelo tubo de escape, é apenas vapor de água, ou seja, nós podemos passar de uma situação má para uma situação muito boa, se quisermos. -----

----- Eu bem sei que já está um concurso em andamento para autocarros a gás natural. Aquilo que eu peço é que a Câmara considere, estude os dossiers e considere, a curto prazo, assim que for feito um novo concurso para aquisição de autocarros, considere a possibilidade de ter autocarros movidos a hidrogénio, produzido com energia nacional. -----

----- E com isto acho que serão direções muito positivas que a Carris irá ter, terá um papel de liderança, que pode e deve desempenhar, e dar o exemplo a outros Municípios, para que façam outro tanto. É a única forma de chegarmos a um valor que nos está a ser pedido para 2030, para a incorporação no setor dos Transportes e, portanto, não me resta mais do que, neste caso particular, dar os parabéns à Câmara e incentivar a Câmara para que prossiga na criação de novas condições para as pessoas, novas condições para o ambiente e que a questão do financiamento seja efetivamente considerada e que tudo isto possa ser equilibrado para o bem de todos. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado nós Senhor Deputado. -----

----- A Mesa não tem mais intervenções previstas, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, não sei se quer usar da palavra? Se faz favor, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então tentando responder a algumas das questões que foram colocadas. -----

----- Sim, o Município, apesar de, que fique também muito claro, tenho sempre que reforçar aquilo que vou dizer a seguir, é que, de facto, a Carris opera a 94%, 94% da sua operação e na cidade de Lisboa. É evidente que a Carris tem operação noutros concelhos, vizinhos, quer mantê-la quer, eventualmente, desenvolvê-la, de acordo com aquilo que são as pretensões e interações com os Municípios vizinhos, mas não podemos ocultar desta discussão que, 94% da operação é na cidade de Lisboa e, por isso é que, do nosso ponto de vista, faz todo o sentido que seja o Município de Lisboa a gerir a sua Carris que regressou ao Município, como todos sabemos,. -----

----- Mas também é evidente, mas não seria aqui no contrato de concessão que fazia sentido incorporar essa matéria, porque não é disso que se trata no contrato concessão, é da relação entre o Município, autoridade de transportes, e a Carris, é essa relação que o contrato regula, porque haverá um outro contrato que está a ser desenhado, um contrato interno administrativo, que vai gerir a relação entre, que será certamente trazido a este órgão, a Assembleia Municipal, logo que ele esteja em fase de construção e depois de na aprovação, será aqui discutido. Um contrato inter-administrativo com o Governo, para regular a relação entre a autoridade de transportes Município e a autoridade de transportes Governo, onde estarão neste pacote incluídos, nomeadamente, a relação com o Metro a com a Transtejo, com a Soflusa, com a CP, com todos os operadores que operam na cidade de Lisboa e que, evidentemente, e estamos todos de acordo sobre isto, que têm que ter uma cada vez uma maior interligação na forma como atuam, na forma como definem as suas estratégias para que o munícipe, os vários munícipes da Área Metropolitana de Lisboa possam ser servido cada vez com maior qualidade e de encontro às suas necessidades.-----

----- Evidentemente que haverá também necessidade de fazer um contrato inter-administrativo com os outros Municípios da Área Metropolitana de Lisboa e com a própria Área Metropolitana de Lisboa, mas isto faz-se de passos sucessivos, agora importava estabilizar a relação entre o Município e a Carris e é disso que se trata quando trazemos aqui esse mesmo contrato. -----

----- Portanto, eu diria que sobre esta matéria estamos todos de acordo, obviamente, não estamos de acordo com as questões relacionadas com municipalização, há quem não esteja de acordo, mas as questões de fundo e a importância da integração dos transportes numa abordagem Metropolitana, de uma integração do Município, daquilo que são as políticas municipais nas suas múltiplas dimensões, o transporte público, o estacionamento, o espaço urbano, as ciclovias, o espaço pedonal, tudo isto tem de estar cada vez mais integrado, por forma a que, de facto, a qualidade e o serviço prestado e as necessidades dos munícipes possam ser cada vez mais satisfeitas. -----

----- Algumas preocupações também relativamente ao financiamento. Eu recordo que, hoje, com este contrato que aqui estamos a submeter, vamos ter regras claras e saberemos todos que a Carris tem o seu financiamento assegurado, porque cada decisão que nós tomemos, enquanto o Município, vai afetar essa fórmula e se nós quisermos mais serviço público, vamos ter que pagar mais por esse serviço público e este contrato vai-nos dar a segurança de não gerarmos desequilíbrios na Carris. Evidentemente, temos que o fazer de uma forma responsável para o podermos cumprir, as regras são muito apertadas e, portanto, o que eu queria sublinhar é que este contrato é o garante disso mesmo, eu não estou preocupado, há aqui um crescimento que vai assegurar esse financiamento e haverá algum financiamento externo, ele não é estrutural, ele é apenas circunstancial em função dos fluxos financeiros do Município e dos próprios fluxos financeiros do contrato programa. -----

----- Agora eu, para terminar, e dadas as intervenções, quero agradecer todas as intervenções que foram aqui, que os Senhores Deputados fizeram sobre esta matéria, Mas eu, o que eu registro é que, mais crentes ou menos crentes, mais expectantes ou

menos expectantes, mais preocupados ou menos preocupados, há aqui, mesmo naqueles que estão pouco mais descrentes, um conjunto sinais positivos que me parecem de assinalar.-----

----- Desde logo todos reconhecem que já começámos um caminho tendente a encontrar um tarifário que seja mais acomodável na bolsa das famílias e dos munícipes da cidade de Lisboa. Fizemo-lo com a diminuição das tarifas para as pessoas com mais de 65 anos, fizemo-lo com a isenção tarifa para os menores de 12 anos. É um caminho que vamos ter que que prosseguir de reforma equilibrada e sustentável. -----

----- Também, alguns dirão: bem! Devíamos fazê-lo o mais rapidamente! Está bem, mas quer dizer o equilíbrio que nós encontrámos foi este, certamente haverá...-----

----- Esta matéria é densa, eu sei, só se alguém me der tempo, senão terei que me calar.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a esclareceu: -----

----- “ Senhor Vereador, já usou tempo de uma bancada e agora de uma outra. Portanto eu pedia-lhe para ser sintético”

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou: -----

-----“ Ninguém tem mais tempo para dar? Então eu calo-me.-----

----- Eu calo-me já, mas muito rapidamente, dizendo que, de facto, há também investimento coisa que não acontecia há uma série de anos, anunciei aqui, portanto, não podem dizer que não há sinais claros, na próxima quinta-feira poderão ir conformar ao Jornal Oficial das Comunidades o lançamento do 1º concurso. Há muitos anos que não havia concursos a públicos para compra de autocarros, portanto, outra inversão relativamente ao que estava a passar-se. Já referi que as obrigações de serviço público que não eram cumpridas, estas estão contratualizadas, estamos obrigados a respeitá-las...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu : -----

----- “Oh Senhor Vereador pedia-lhe mesmo que concluísse se faz favor.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Para concluir dizer que não há nada para sanear porque, de facto, no acordo que o Município fez com o Governo da República Portuguesa, o saneamento está feito e, portanto, quando se diz que temos que ter cuidado com o saneamento da empresa Carris não se preocupem com isso, vamo-nos preocupar com o futuro, que é o futuro que muito nos interessa e o futuro vai ser um futuro brilhante, um futuro com muita importância para aquilo que é a gestão da mobilidade da cidade vai ser decisivo para o futuro da cidade de Lisboa. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Senhores Deputados, terminámos as intervenções e vou pôr à vossa consideração a resposta 287/CM/2017 a ‘2ª Alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público

de Transporte Coletivo à Superfície de Passageiros da Carris’. É isso que vou pôr à vossa consideração.-----

----- Voto **da Proposta nº 287/CM/2017** – ‘Segunda alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo à Superfície de Passageiros da Carris’. A Proposta 287/CM/2017 foi **aprovada por maioria** com os votos contra do PSD, PCP, CDS-PP, PEV e MPT, abstenções do BE, votos a favor do PS, PAN, PNPN e 5IND.-----

----- O CDS-PP indica que quer fazer uma declaração de voto, uma declaração de voto por escrito. -----

----- (O CDS-PP não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- Não vejo mais sinalização nesse sentido.-----

----- Senhores Deputados terminámos os nossos trabalhos. -----

----- Para a semana não temos sessão, é o feriado municipal do dia de Santo António, espero ver-vos nas marchas ou nas noivas ou na procissão em qualquer dessas várias efemérides que caracterizam o dia 13. Divirtam-se, celebrem com a cidade e com os lisboetas e cá estaremos no dia 20 para uma sessão ordinária com PAOD. -----

----- Boas festas da cidade para todos.”-----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e dez minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----